



RELATÓRIO E CONTAS 2010



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

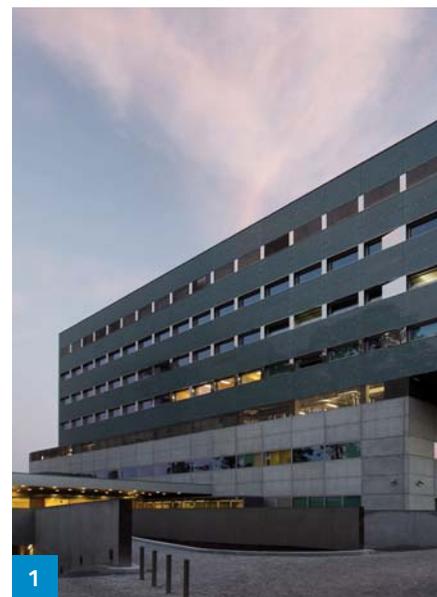
ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	7
PRINCIPAIS INDICADORES E FACTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE	9
2. ENQUADRAMENTO E PERSPECTIVAS DE FUTURO	13
VISÃO, MISSÃO E VALORES	14
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA 2011	15
MODELO ORGANIZATIVO DO GRUPO	18
3. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO CHAVE	19
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E QUALIDADE	20
CRIAÇÃO DE VALOR ATRAVÉS DOS NOSSOS RECURSOS HUMANOS	25
SUSTENTABILIDADE	30
ACTIVIDADE MÉDICO-CIENTÍFICA	34
4. ACTIVIDADE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO	37
5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	49
6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA	52
Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de Dezembro de 2010	53
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de Dezembro de 2010	59
Certificação Legal das Contas	126
Relatório e Parecer do Fiscal Único	128
7. ÓRGÃOS SOCIAIS DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE, SGPS	130



Introdução >

INTRODUÇÃO



A José de Mello Saúde desenvolve a sua actividade no sector da prestação privada de serviços de saúde em Portugal e em Espanha. O Relatório de Gestão procura descrever em detalhe o que é a José de Mello Saúde, reportando os factos à actividade do ano de 2010.

1 hospitalcuf porto
2 Novo Hospital de Braga

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2010 a crise económica e financeira, iniciada em 2008, continuou a afectar todo o mundo e naturalmente Portugal. O nosso país sentiu as repercussões desta conjuntura de dificuldade e, tanto a nível económico-financeiro, como a nível social, o ano de 2010 manteve uma realidade de grande exigência.

Neste contexto de grandes desafios, a José de Mello Saúde tem sabido atingir os seus objectivos e percorrer um caminho de crescimento e dinamismo empresarial.

O ano de 2010 foi um ano positivo na concretização da estratégia de crescimento e ficou marcado por um forte incremento das receitas, registando um aumento de 34% face ao ano anterior. Para este crescimento contribuiu a boa performance de praticamente todos os hospitais e clínicas saúde**cuf**, bem como o crescimento significativo da actividade no Hospital de Braga que, completou o primeiro ano de gestão privada.

Apesar do crescimento da actividade e do volume de negócios, os resultados da José de Mello Saúde foram naturalmente afectados pelo início da actividade do hospital**cuf** porto, unidade que se afirmará no mercado em 2011. O hospital**cuf** porto é o investimento privado de saúde mais significativo desde sempre feito no Norte do país e estou certo que se afirmará pela qualidade das equipas clínicas que reúne e pelo serviço distintivo que oferece.

O primeiro ano completo de gestão do Hospital de Braga é outro dos factos relevantes de 2010. Esta parceria público-privado, que teve início em Setembro de 2009, tem sido alvo de um enorme esforço de melhoria da actual realidade hospitalar e de preparação para a transferência para uma nova infra-estrutura, a ocorrer em Maio de 2011. Tendo como foco, desde o primeiro dia, a melhoria



O profissionalismo e a vontade de ser e fazer melhor têm garantido à José de Mello Saúde o desenvolvimento do seu percurso de excelência.

das condições de serviços de saúde à população da região do Minho, este projecto registou melhorias muito expressivas no desempenho dos serviços de saúde prestados, como o aumento do número de cirurgias programadas em cerca de 55%, e consequente redução de quase 30% do número de doentes a aguardar cirurgia. Foram também beneficiadas as infra-estruturas críticas para os doentes e colaboradores, através de investimentos em obras e equipamento, bem como reforçada a equipa clínica com a contratação de médicos diferenciados em áreas vitais para o Hospital. Todas estas melhorias têm tido um reconhecimento externo em matéria de qualidade clínica, como fica evidenciado pela certificação de qualidade atribuída pelo CHKS (Caspé Healthcare Knowledge Systems), em 2010.

Temos ainda muitos desafios pela frente e um longo caminho a percorrer, mas estou certo que a concretização da mudança para o novo hospital representará um marco mobilizador para todos os que ambicionavam de há muito este projecto, que a nossa presença permitiu concretizar.

O ano de 2010 fica igualmente marcado pela assinatura do contrato com o Estado português que prevê a gestão do Hospital

Reynaldo dos Santos durante dois anos e a construção e gestão do novo Hospital de Vila Franca de Xira, com abertura prevista para o primeiro semestre de 2013.

Em termos de actividade das Unidades da região da grande Lisboa, o ano assinala um forte crescimento das unidades mais recentes - clínica**acuf** cascais e clínica**acuf** torres vedras - e um excelente desempenho nas unidades mais maduras - hospital**acuf** descobertas, hospital**acuf** infante santo, clínica**acuf** alvalade e belém - o que é representativo da capacidade de atracção e fidelização de clientes que a marca saúde**acuf** tem, graças à qualidade dos profissionais de saúde e da excelência da sua prática.

Em 2010 a José de Mello Saúde veio também reforçar a aposta que tem feito em termos de ensino médico. Assumimos a promoção do ensino como uma prioridade, sendo a participação no ensino pré e pós-graduado um dos grandes eixos de desenvolvimento da nossa organização, como são exemplo os Protocolos celebrados, em 2008, com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e, em 2010, com a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, em ambos os casos já com concretização efectiva.

Em 2010 aprofundámos ainda o nosso projecto de sustentabilidade, dedicando mais importância aos pilares social e ambiental, de onde destaco iniciativas de responsabilidade social como as Bolsas de Livros Escolares e o Projecto "Educação para a Saúde", no qual celebrámos parcerias com as escolas para questões relacionadas com a actividade de saúde, ou ainda a sensibilização para comportamentos eco-eficientes, que fizemos junto de colaboradores e clientes.

Termino com uma palavra de agradecimento a todos os nossos colaboradores. O profissionalismo e a vontade de ser e fazer melhor têm garantido à José de Mello Saúde o desenvolvimento do seu percurso de excelência. Temos todos o desafio de continuar este caminho e sermos cada vez melhores em tudo o que fazemos.

Março de 2011

Salvador de Mello
Presidente

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



A economia mundial começou a registar alguns sinais de recuperação no final de 2009 os quais se vieram a concretizar durante o ano de 2010, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) mundial registado um aumento de 4,6%.

Assistimos em 2010 a uma recuperação económica a diferentes velocidades, sendo os mercados emergentes, sobretudo a Ásia, América Latina e África, os grandes

motores de crescimento económico, contrastando com as economias desenvolvidas, que, embrenhadas nos seus problemas estruturais e financeiros continuam a perder ritmo de crescimento.

Apesar da recuperação do PIB mundial observada em 2010, as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma desaceleração do crescimento económico, que deverá abrandar, em 2011,

para cerca de 4,2%, com maior evidência nas economias mais maduras, EUA, Europa e Japão.

EUROPA E PORTUGAL

Após a contracção de 4,1% em 2009, o PIB da Zona Euro registou em 2010 um crescimento de 1,7%. A taxa de desemprego acelerou para os 10,1% e é expectável que as condições gerais do mercado de

trabalho permaneçam frágeis, em resultado dos ajustamentos estruturais em curso e da implementação de medidas de controlo orçamental. Em 2010, o preço das matérias-primas, sobretudo do petróleo, metais, milho e algodão, impulsionado pela crescente procura das economias emergentes, registou um forte aumento, provocando uma subida da taxa de inflação da zona euro, ainda que de forma controlada (1,6% vs. 0,3% em 2009).

O ano de 2011, será um ano complicado para os países da zona euro que vão manter e até reforçar as medidas de austeridade para redução do défice iniciadas durante o ano de 2010.

A economia portuguesa, caracterizada sobretudo pela baixa produtividade, competitividade e pela forte dependência

externa, confrontou-se em 2010 com a crise nos mercados da dívida soberana.

À medida que surgiam ameaças de não cumprimento das obrigações da dívida soberana, maior o agravamento de liquidez do país e mais restritivas se tornaram as condições de concessão de crédito, contribuindo para o agravamento da instabilidade política, económica e financeira nacional. A *yield* para a dívida com maturidade de 10 anos ultrapassou os 7% dificultando o acesso ao financiamento em mercados internacionais dos bancos portugueses, tendo-se financiando sobretudo com recurso ao Banco Central Europeu.

Para aliviar a pressão, o Governo Português anunciou dois pacotes de medidas de austeridade, em Maio e Setembro algumas das quais implementadas ainda em 2010.

Em 2010, a taxa de inflação situou-se nos 1,4% e a taxa de desemprego subiu para os 10,8%, atingindo um novo valor histórico e piorando de forma generalizada o poder de compra e a confiança dos consumidores.

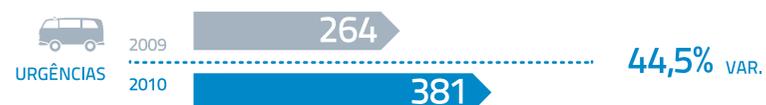
Apesar deste difícil contexto, em 2010, o PIB de Portugal terá apresentado um crescimento de 1,4%.

As projecções para a economia portuguesa apontam para que a actividade económica registe uma contracção em 2011 e um crescimento limitado em 2012. Esta evolução da economia portuguesa será marcada pelo reforço do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de mais de uma década.

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS	2009	2010
Zona Euro		
PIB (tvh %)	-4,1	1,7
Inflação (tvh %)	0,3	1,6
Desemprego (%)	9,5	10
Portugal		
PIB (tvh %)	-2,5	1,4
Inflação (tvh %)	-0,9	1,4
Desemprego (%)	9,5	10,8

Fonte: Banco de Portugal





Unidade: Milhares

PRINCIPAIS INDICADORES E FACTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE

FACTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE

A José de Mello Saúde manteve no exercício transacto a dinâmica empresarial que tem prosseguido nos últimos anos, não obstante a conjuntura macroeconómica adversa, quer a nível nacional, quer a nível europeu.

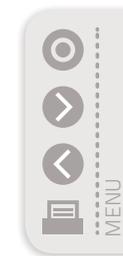
O ano de 2010 ficou marcado pelo robustecimento da actividade a norte de Portugal. O arranque do hospital **lucf** porto, a grande dinamização da oferta integrada do instituto **lucf** e das unidades Dr. Campos Costa promoveram uma forte presença da José de Mello Saúde no mercado da prestação de cuidados de saúde na região do norte.

Outro facto determinante foi o 1º ano completo de gestão do Hospital de Braga, em regime de parceria público-privado, cuja gestão se mantém a par da construção do novo complexo hospitalar, a inaugurar já em 2011 Este projecto de parceria público-privada, constituiu, ao

Principais Indicadores da Actividade

Indicadores assistenciais do Grupo José de Mello Saúde (milhares)	2006	2007	2008	2009	2010	% Variação 2010/2009
Dias de Internamento	280	307	315	132	246	86,10%
Consultas	625	702	817	741	1 007	35,84%
Urgências	361	377	419	264	381	44,45%
Doentes Operados	32	34,3	40,9	25,1	39,2	56,08%
Partos	6,7	6,6	6,9	3,7	5,7	54,03%

Nota: os números assistenciais entre 2006 e 2008 incluem dados do Hospital Fernando Fonseca, o qual saiu do perímetro de consolidação da José de Mello Saúde em 31/12/2008; os dados de 2009 incluem 4 meses de actividade do Hospital de Braga; 2010 inclui o ano inteiro de Braga.



Em 2010, o Volume de Negócios foi de €356,8M 34,7% acima do valor de 2009

longo deste ano, um desafio de enorme complexidade e importância para a José de Mello Saúde.

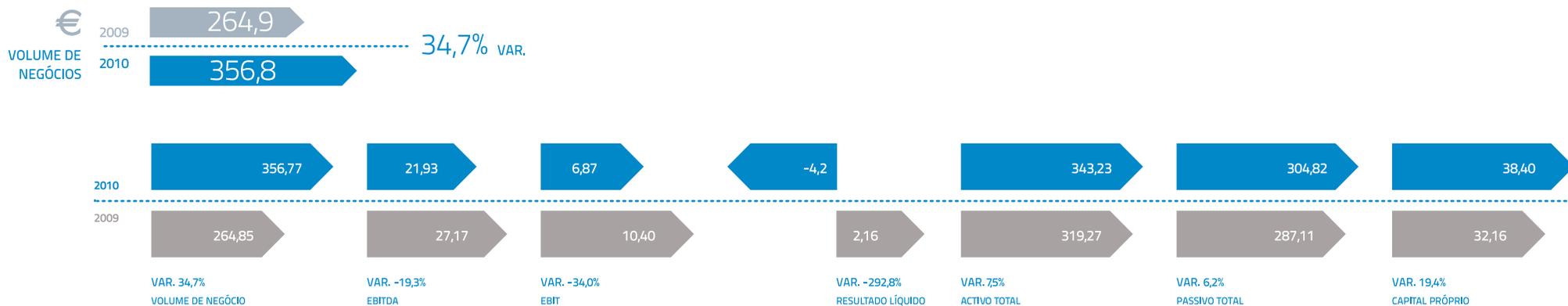
Na região da Grande Lisboa, o ano foi marcado pelo forte crescimento das clínicas em arranque (clínica^{cu} cascais e clínica^{cu} torres vedras) e pela consolidação da actividade nas unidades mais maduras.

Principais Indicadores Financeiros

Indicadores Consolidados da José de Mello Saúde (M€)	2009	2010	% Variação 2010/2009
Volume de Negócios	264,9	356,8	34,7%
EBITDA	27,2	21,9	-19,3%
EBITDA / Volume de Negócios	10,3%	6,1%	
EBIT	10,4	6,9	-34,0%
EBIT / Volume de Negócios	3,9%	1,9%	
Resultado Líquido	2,2	-4,2	-292,8%
Activo Total	319,3	343,2	7,5%
Passivo Total	287,1	304,8	6,2%
Capital Próprio	32,2	38,4	19,4%

(1) Os dados de 2009 incluem apenas 4 meses de actividade do Hospital de Braga

(2) Os dados de 2010 incluem apenas 7 meses de actividade do hospital^{cu} porto



O ano de 2010 ficou marcado pelo robustecimento da actividade a norte de Portugal. O arranque do **hospitalcuf** porto, a grande dinamização da oferta integrada do **institutocuf** e das unidades Dr. Campos Costa promoveram uma forte presença da José de Mello Saúde no mercado da prestação de cuidados de saúde na região do norte.

CONSOLIDAÇÃO DA ACTIVIDADE DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE A NÍVEL NACIONAL

GRANDE PORTO

O arranque do **hospitalcuf** porto, a afirmação do **institutocuf** e o contínuo desenvolvimento das unidades Dr. Campos Costa revelaram-se cruciais para o incremento da presença da José de Mello Saúde a norte do país. Este universo de unidades veio reforçar e de uma forma integrada, uma oferta com variados níveis de diferenciação, que resulta no conceito “Campus **saúdecuf** porto”, e que ficou totalmente operacional este ano.

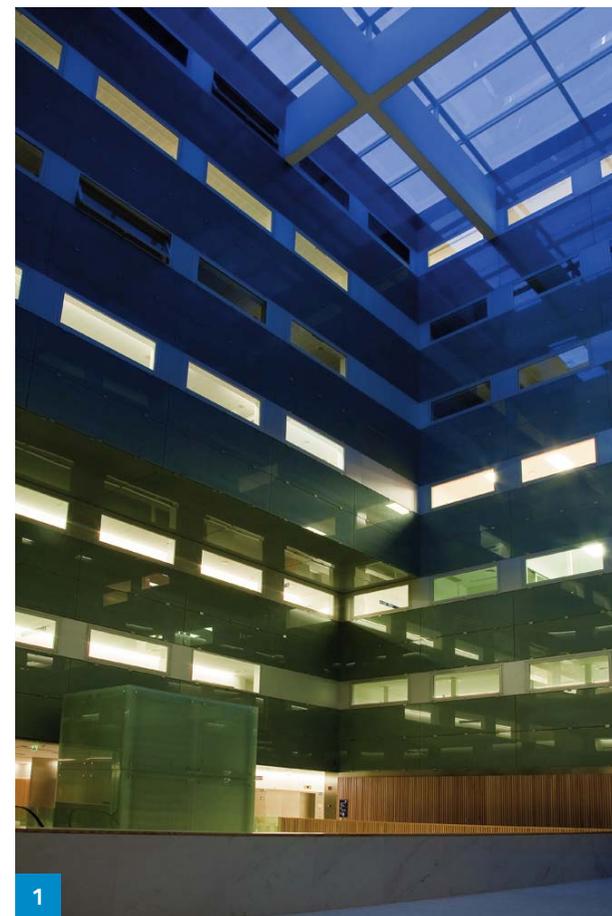
O **hospitalcuf** porto e o **institutocuf** constituem um marco importante na saúde privada do norte do país e têm características únicas que permitem oferecer os mais avançados cuidados de saúde, de acordo com os mais exigentes padrões clínicos, tecnológicos e de conforto que caracterizam as unidades da rede **saúdecuf**.

GRANDE LISBOA

Dando continuidade ao forte investimento da José de Mello Saúde na construção de uma rede de cuidados integrada na região da Grande Lisboa, 2010 ficou marcado pela forte dinamização da actividade da **clínica**cascais e da **clínica**torres vedras e pela reafirmação de ambas como unidades de referência respectivamente na zona da “Costa do Sol” e na zona do “Oeste”.

A **clínica**cascais é hoje claramente reconhecida pela oferta de serviços de saúde de enorme qualidade na região de Cascais. A **clínica**torres vedras, pela capacidade de atracção que hoje representa, é já a unidade de saúde de referência do Oeste de Lisboa, assumindo um papel de vanguarda na oferta de serviços de saúde desta região. O reconhecimento de ambas as unidades foi confirmado pelo excelente desempenho obtido em 2010 .

Ainda ao nível das **clínicas**cuf, realce também para a excelente performance da **clínica**cuf alvalade, que registou uma vez mais um ano de forte crescimento do Volume de Negócios e da Rentabilidade.





1



2

Os hospitais**cu**f deram igualmente sinais de robustez e consolidação da sua posição de liderança, continuando a atrair clientes pela qualidade dos seus profissionais clínicos e pela excelência do seu serviço.

HOSPITAL DE BRAGA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO

A José de Mello Saúde registou em 2010 o primeiro ano completo de gestão do

Hospital de Braga. Com mais de cinco séculos de história, este hospital é a unidade hospitalar de referência para a região do Minho e serve uma população que ultrapassa 1 milhão de habitantes. Sendo igualmente uma unidade de saúde com ensino universitário, continua a representar um desafio de gestão de elevada complexidade e importância.

O projecto envolve a construção de raiz de

um novo Hospital, que entrará em funcionamento em Maio de 2011 e permitirá perspectivar a oferta da região de uma forma mais eficiente e com maior qualidade do que aquela actualmente disponibilizada, dadas as limitações físicas da unidade existente.



Enquadramento e Perspectivas de Futuro >



A identidade da José de Mello Saúde caracteriza-se pela sua missão, pelos seus valores e pelos objectivos que se propõe atingir.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

VISÃO

Ser líder na Península Ibérica na prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada numa rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no sector privado como no sector público, e apresentando opções de crescimento em mercados internacionais seleccionados.

A sua cultura e os valores que partilha, constituem o padrão de comportamento que os seus colaboradores expressam na gestão diária das suas actividades.

MISSÃO

Promover a prestação de serviços de saúde com os mais elevados níveis de conhecimento, respeitando o primado da vida e o ambiente, através do desenvolvimento do capital intelectual das organizações, numa busca permanente do melhor.

Para concretizar a sua Missão a José de Mello Saúde desenvolve a sua actividade com base em três plataformas de excelência:

A excelência em talento humano

- Transmissão e fomento dos valores do Grupo
- Avaliação e recompensa do desempenho
- Gestão atenta e desafiante do percurso profissional de cada um

- Fomento de uma cultura de responsabilidade, exigência, rigor e concretização
- Partilha de conhecimento e trabalho em equipa

A excelência em serviço

- Desenvolvimento de centros de excelência clínica
- Gestão da relação com o cliente
- Humanização dos cuidados
- Melhoria constante de níveis de serviço

A excelência em operações e sistemas

- Desenvolvimento permanente de capacidades de inovação e planeamento
- Melhoria contínua de processos
- Aumento sistemático de produtividade
- Aposta forte em tecnologias clínicas e de informação
- Controlo rigoroso de custos

VALORES

Os colaboradores da José de Mello Saúde têm responsabilidades acrescidas na consolidação da sua identidade através da afirmação e transmissão dos seus valores:

- Respeito pela Dignidade e Bem-Estar da Pessoa
- Desenvolvimento Humano
- Competência
- Inovação



ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA 2011

A José de Mello Saúde assume o compromisso de desenvolver uma estratégia empresarial de longo prazo que dê cumprimento à sua Missão, Visão e Valores.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A José de Mello Saúde é a plataforma de negócio do Grupo José de Mello¹ para a área da Saúde.

A José de Mello Saúde assume o compromisso de desenvolver uma estratégia empresarial de longo prazo que dê cumprimento à sua Missão, Visão e Valores e que promova simultaneamente uma actuação responsável e de defesa da sustentabilidade dos negócios em que participa.

PORTFOLIO ACTUAL

A José de Mello Saúde dispõe hoje em dia de um *portfolio* alargado de unidades e serviços que servem Portugal de Norte a Sul caracterizadas por valores de Modernidade, Qualidade e Excelência de Serviço. O **hospitalcuf** infante santo foi a primeira Unidade da José de Mello Saúde, inaugurada em 1945 e situado na parte ocidental da cidade. Em 2001 foi inaugurado o **hospitalcuf** descobertas, localizado

na zona oriental de Lisboa. A abertura desta unidade representou, na altura, o maior investimento privado na área da Saúde em Portugal, alterando significativamente a oferta privada de cuidados de saúde e contribuindo decisivamente para o incremento dos seguros de saúde em Portugal. Em 2010 a José de Mello Saúde inaugurou o **hospitalcuf** porto, o maior hospital privado na zona Norte. O **hospitalcuf** porto é um projecto de grande qualidade clínica que marca, já hoje, o panorama da saúde a Norte pela aposta num serviço de extrema qualidade e proximidade ao cliente. O **hospitalcuf** porto é o maior hospital da rede **saúdecuf** e o investimento privado de saúde mais significativo desde sempre feito no Norte do país.

Ainda a nível hospitalar, e no âmbito das parcerias público-privado, a José de Mello Saúde assegura a gestão do Hospital de Braga desde Setembro de 2009. Em paralelo a José de Mello está a construir as novas instalações para o Hospital, as quais deverão ficar prontas em 2011, altura em



que o actual Hospital de Braga será transferido para esta nova infra-estrutura hospitalar dotada de características que permitirão melhorias de condições muito representativas, quer para os utentes, quer para os profissionais. A cidade de Braga vai receber um novo hospital, com maior

¹ O Grupo José de Mello (www.josedemello.pt) é um grupo económico com uma estrutura accionista estável e de base nacional, sendo um dos maiores grupos empresariais portugueses. Em constante desenvolvimento, o Grupo José de Mello prossegue uma estratégia de negó-

cios assente em Dimensão e Criação de Valor, liderando áreas vitais da economia portuguesa. Com uma intervenção diversificada na economia, o posicionamento competitivo do Grupo José de Mello assenta em plataformas de negócios participadas pela José de Mello,

SGPS: Brisa (Infra-estruturas), CUF (Indústria Química), Efaced (Energia, Transportes e Logística, Energia e Serviços), José de Mello Imobiliária (Imobiliário), EDP (Energia) e José de Mello Saúde (Saúde, Soluções Residenciais e Domiciliárias para a terceira idade).





1

A José de Mello Saúde dispõe hoje em dia de um portfolio alargado de unidades e serviços que servem Portugal de Norte a Sul caracterizadas por valores de Modernidade, Qualidade e Excelência de Serviço.

1 clínica**cuf** belém
2 Dr. Campos Costa - Unidade do Porto

capacidade e que possibilita melhores condições de trabalho para os profissionais e um melhor serviço aos utentes.

Também no âmbito das parcerias público-privado, a José de Mello Saúde assinou em 2010 o contrato com o Estado Português para gestão do Hospital de Vila Franca de Xira. Consideramos que vai concretizar-se mais um importante investimento, que contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população dos Concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira, no Distrito de Lisboa e Benavente, no Distrito de Santarém e também para a dinamização sócio-económica desta região.

A José de Mello Saúde inclui ainda no seu portfolio - a nível privado - quatro clínicas de ambulatório: a clínica**cuf** alvalade (no complexo desportivo Alvalade XXI), a clínica**cuf** belém (junto ao centro de Congressos de Lisboa (na parte ocidental da cidade), a clínica**cuf** cascais (em Cascais) e a clínica**cuf** torres vedras (em Torres Vedras), todas elas dotadas de excepcionais equipas e dispondendo das mais modernas instalações e equipamentos. Gere ainda, no Porto, o instituto**cuf**, unidade diferenciada por dispor de equipamento clínico e tecnológico de primeira linha.



2

A José de Mello Saúde detém igualmente a Dr. Campos Costa, uma importante unidade dedicada à Imagiologia Clínica, líder no seu sector no norte do país.

Finalmente, a José de Mello Saúde inclui no seu portfolio a Sagies, empresa que opera na área da Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho a nível nacional.

A nível internacional, a José de Mello Saúde tem uma parceria para o mercado ibérico com o *Grupo Hospitalario Quirón*, no qual detém participação qualificada de 38%.



A nível da prestação privada de cuidados de saúde, o ano de 2011 ficará marcado pelo assinalar dos dez anos do **hospitalcuf** descobertas.

PERSPECTIVAS PARA 2011

A nível da prestação privada de cuidados de saúde, o ano de 2011 ficará marcado pelo assinalar dos dez anos do **hospitalcuf** descobertas, um marco importante na vida desta Unidade e da José de Mello Saúde, que será assinalado com inúmeras iniciativas quer de âmbito interno, quer externo. Também o **hospitalcuf** porto verá, no ano de 2011, o seu primeiro ano de actividade completa e que certamente reforçará a posição de destaque na saúde privada da zona Norte. As restantes Unidades privadas prosseguirão o seu caminho de consolidação e reforço do bom trabalho que têm vindo a desenvolver.

No que diz respeito à área de parcerias público-privado, o Hospital de Braga atravessará, com a transferência para uma nova infra-estrutura hospitalar em Maio de 2011, um momento de enorme relevância quer para profissionais, quer para toda a comunidade da região do Minho. O novo Hospital de Braga será um marco para a cidade de Braga e para o país, sendo um dos quatro hospitais centrais da rede pública que presta serviços totais e de elevada diferenciação clínica. A par de um edifício moderno construído de raiz, o novo Hospital de Braga terá ainda novos equipamentos clínicos, em linha com o que de mais moderno existe no sector da Saúde e será uma oportunidade de enorme melhoria para as equipas desta Unidade.

Ainda enquadrado na área de parcerias público-privado, o agrupamento liderado pela José de Mello Saúde encontra-se a aguardar a validação do Tribunal de Contas para o contrato de gestão do hospital de Vila Franca de Xira. Este contrato prevê a gestão do Hospital Reynaldo dos Santos, durante dois anos e a construção e gestão do novo Hospital de Vila Franca de Xira, com abertura prevista para o primeiro semestre de 2013. O novo Hospital servirá uma população de cerca de 235 mil pessoas, terá uma capacidade de internamento de 280 camas, 33 gabinetes de consulta e permitirá melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde bem como criar melhores condições para os profissionais.

MODELO ORGANIZATIVO DO GRUPO

A José de Mello Saúde está estruturada conforme imagem abaixo.

Na Estrutura Organizacional da José de

Mello Saúde cabe destacar o papel do Centro Corporativo, garante de transversalização de processos com vista à contribuição para a excelência da qualidade

dos serviços prestados pelas Unidades de saúde.

Conselho de Administração / Comissão Executiva





Eixos de Desenvolvimento-Chave >



DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E QUALIDADE



A José de Mello Saúde reiterou em 2010 a sua aposta no Desenvolvimento Organizacional e Qualidade, consubstanciada no desenvolvimento dos sistemas de gestão corporativos nas áreas de resultados clínicos, na gestão da qualidade e segurança do doente, standards e criação de valor hospitalar e gestão de risco e no assegurar da correcta implementação

²O SINAS é um sistema de avaliação dos serviços prestados nos diversos estabelecimentos de cuidados de saúde, desenvolvido pela Entidade Reguladora da

nas Unidades, de forma a dotar o Grupo de modelos de desenvolvimento organizacional transversais a todas as suas Unidades, e que permitam a maximização da eficiência e excelência operacional.

Numa realidade de aumento de unidades e dos novos desafios apresentados, de onde

Saúde, concebido para permitir um conhecimento simplificado, transparente e objectivo (através de ratings) sobre a qualidade dos serviços que se poderá

se destaca a participação no Ranking SINAS (Sistema Nacional de Avaliação em Saúde)² considera-se ainda mais imperativo um claro e profícuo desenvolvimento deste eixo.

obter em cada estabelecimento prestador de cuidados de saúde.

CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DAS UNIDADES JOSÉ DE MELLO SAÚDE

O reconhecimento externo por uma entidade especializada e independente de que as unidades da José de Mello Saúde dispõem de um Sistema de Gestão da Qualidade robusto, permite confirmar o compromisso assumido em matéria de Qualidade pela organização. Enquanto líder do sector da Saúde em Portugal, a aposta da José de Mello Saúde nesta área é estratégica uma vez que entende não existir prestação de cuidados de saúde de excelência sem Qualidade evidenciável.

A gestão do Sistema de Gestão da Qualidade das unidades José de Mello Saúde enfrentou em 2010, uma meta determinante, consubstanciada na auditoria externa de re-certificação. Este objectivo foi alcançado com sucesso nas unidades abrangidas pelo sistema: hospital**cu**f infante santo, hospital**cu**f descobertas, clínica**cu**f torres vedras e clínica**cu**f cascais, em todos os âmbitos certificados: Consultas, Meios de Diagnóstico e Terapêutica, Atendimento Permanente, Bloco Operatório e Unidades de Internamento.

A obtenção desta re-certificação traduziu a capacidade das unidades em demonstrarem a solidificação dos mecanismos de controlo dos processos operativos mas, também a capacidade de evidenciarem melhorias contínuas na prestação de serviços oferecida aos seus clientes.

RANKING SINAS

A participação no SINAS foi durante o ano de 2010, espelhada no âmbito do hospital**cu**f descobertas e Hospital de Braga.

O hospital**cu**f descobertas foi pioneira, em termos de unidades saúde**cu**f, na integração do programa de avaliação de unidades de saúde liderado e gerido pela ERS que, até à data, se restringe, ainda e só, à avaliação de indicadores de processo em determinadas especialidades e apenas a alguns dos seus procedimentos. O hospital**cu**f descobertas efectuou a sua participação no programa SINAS nas especialidades de Ortopedia, Obstetrícia e Pediatria com dados referentes à actividade de prestação de serviços clínicos em 2010

A participação neste programa de avaliação revelou-se mais uma oportunidade para evidenciarmos o nível de prestação de serviços que oferecemos aos nossos actuais e futuros doentes, promovendo também uma dinâmica interna de produção de informação, destinada a doentes (e outros agentes desta área) que procuram fazer uma escolha assente em elevados padrões de qualidade de prestação de cuidados de saúde.

Tendo estes factores em mente foi com enorme satisfação que assistimos à atribuição da classificação máxima no Ranking SINAS, "3 +" à especialidade de Ortopedia do hospital**cu**f descobertas e do Hospital de Braga.



- 1 hospital**cu**f descobertas
- 2 Hospital de Braga

Atribuição da classificação máxima no Ranking SINAS, "3 +" à especialidade de Ortopedia do hospital**cu**f descobertas e do Hospital de Braga.





PROGRAMAS DE SEGURANÇA DO DOENTE (GESTÃO DE RISCO E CONTROLO DE INFECCÃO)

No âmbito da promoção da Qualidade Clínica na José de Mello Saúde, são desenvolvidas nas suas unidades, iniciativas como:

- (i) Programa de Higiene das Mãos, no contexto da Campanha Nacional de Higiene das Mãos promovida pela Direcção Geral de Saúde;

- (ii) Inquérito de Prevalência de Infecção;
- (iii) Sinalização e regras de actuação em caso de infecção de clientes;
- (iv) Formação em Controlo de Infecção;
- (iv) Melhoria do sistema de monitorização das infecções (resultados laboratoriais);
- (v) Auditorias aos cuidados de enfermagem;
- (vi) Promoção do Registo de Eventos Adversos e de uma Cultura de Segurança;

- (vii) Uniformização das regras e instrumentos de identificação dos doentes (pulseiras);
- (viii) Sinalização do risco de queda dos doentes;
- (ix) Divulgação de medidas de segurança no Bloco Operatório (p.ex., *check list* cirúrgica).

CONSELHO MÉDICO DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE

O Conselho Médico da José de Mello Saúde assessora a Comissão Executiva em matérias do foro médico, que sejam transversais às suas Unidades e sustentem o modelo de governo clínico. O Conselho Médico é constituído pelos Directores Clínicos de todos os Hospitais, por dois Directores Clínicos representantes das clínicas **cuf**, pelo Director Clínico do institutoc**uf**, pelo Consultor Clínico da José de Mello Saúde e por um elemento da Direcção de Desenvolvimento Organizacional e Qualidade nomeado pela comissão executiva para apoiar e acompanhar os trabalhos deste Conselho.

O Conselho Médico assegura também o papel de dinamizador da estratégia de gestão clínica da José de Mello Saúde, no desenvolvimento de iniciativas de enriquecimento do conhecimento clínico, e de fortalecimento do sistema de gestão da qualidade clínica e da segurança do doente.

No decorrer de 2010, o Conselho Médico da José de Mello Saúde promoveu, entre outras, o desenvolvimento das seguintes iniciativas:

- Continuidade no apoio ao pedido de idoneidade formativa das equipas do hospital^{cuf} infante santo e do hospital^{cuf} descobertas que obtiveram pela primeira vez no sector privado em Portugal, no ano de 2009, esta acreditação por parte da Ordem dos Médicos;
- Disseminação em todas as Unidades de orientações para a actividade médica: Procedimentos, Boas Práticas (p.ex., Consentimento Informado e Modelos de Registos da Prática Médica);
- Continuidade da articulação clínica entre as Unidades de Saúde e as Residências Assistidas (José de Mello Residências e

Serviços), assegurando um modelo de tratamento integrado dos residentes;

- Desenvolvimento de relações com instituições estrangeiras, em particular Universidades e Instituições de Saúde especialistas;

CONSELHO DE ENFERMAGEM DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE

O Conselho de Enfermagem da José de Mello Saúde é um órgão consultivo que assessoria a Comissão Executiva da José de Mello Saúde em questões que envolvam os cuidados assistenciais de enfermagem e o seu desenvolvimento continuado. É constituído pelos

Enfermeiros Directores dos Hospitais, os Enfermeiros Gestores das Clínicas, um Enfermeiro representante da José de Mello Residências e Serviços e um elemento da Direcção de Desenvolvimento Organizacional e Qualidade, nomeado pela Comissão Executiva para apoiar e acompanhar os trabalhos deste Conselho.

As principais actividades desenvolvidas pelo Conselho de Enfermagem durante o seu mandato de 2010, distribuídas pelas áreas de intervenção prioritárias - satisfação e fidelização de clientes, desenvolvimento do talento humano na área de Enfermagem, promoção da actividade de investigação em Enfermagem, desenvolvimento da rede José



de Mello Saúde, desenvolvimento de acções de responsabilidade social e a dinamização de programas de Qualidade Clínica e Segurança do Doente -, foram as seguintes:

Satisfação e fidelização dos clientes

- Desenvolvimento da iniciativa de acompanhamento do cliente pós alta: *follow-up* após alta no cliente de Cirurgia e ambulatório às 24h e nos clientes com internamento superior a 48h;

Desenvolvimento do talento na Enfermagem

- Remodelação do sistema de avaliação de desempenho através de uma nova visão do universo de funções avaliadas;
- Consolidação do papel da Academia de Desenvolvimento em Enfermagem (ADE) da José de Mello Saúde;

Promoção da investigação em enfermagem

- Identificação de elementos dinamizadores para esta área de Enfermagem, representantes de todas as unidades e definição de áreas de Interesse para a investigação de Enfermagem.
- Protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa para desenvolvimento de investigação na área do tratamento de feridas.

Desenvolvimento de acções de responsabilidade social

- Participação em acções de educação para a saúde em escolas e comunidades da área geográfica das Unidades da José de Mello Saúde;
- Participação e colaboração em feiras da saúde organizadas pelas autarquias e escolas, empresas e instituições;
- Apoio em actividades desportivas;

Iniciativas de Gestão do Risco (desenvolvidas em articulação com o Conselho de Enfermagem):

- Programas de prevenção desenvolvidos, com monitorização de indicadores:
 - Identificação de Clientes com Pulseira de Identificação
 - Segurança Cirúrgica – Implementação de Check-list Cirúrgica
 - Prevenção de Quedas
 - Segurança do medicamento
 - Prevenção de Úlceras de Pressão
- Formação:
 - Conceitos básicos de Gestão Risco;
 - Prevenção de quedas.
- Auditorias



Iniciativas de Controlo de Infecção (desenvolvidas em articulação com o Conselho de Enfermagem):

- Formação;
- Programa Nacional de Higiene das Mãos;
- Inquérito de Prevalência de Infecção;
- Vigilância Epidemiológica.

CRIAÇÃO DE VALOR ATRAVÉS DOS NOSSOS RECURSOS HUMANOS

A José de Mello Saúde emprega hoje em dia mais de **4 600** colaboradores.



A José de Mello Saúde emprega hoje em dia mais de 4 600 colaboradores (incluindo cerca de 1 990 colaboradores do Hospital de Braga).

O Desenvolvimento Humano é um dos Valores da José de Mello Saúde e, numa aposta constante nas nossas pessoas, procuramos definir e assegurar a implementação das políticas e sistemas de Gestão de Recursos Humanos, nas áreas de gestão do talento e desenvolvimento de



liderança, recrutamento e selecção, formação, gestão de desempenho, desenvolvimento de carreiras e relações laborais, procurando sempre o alinhamento das políticas definidas e a correcta adequação dos meios humanos às necessidades da José de Mello Saúde.

Revela-se igualmente chave a promoção da notoriedade Institucional e das Unidades, de forma a assegurar um correcto posicionamento da José de Mello Saúde no mercado e



potenciar as marcas comerciais e consequentemente as Unidades.

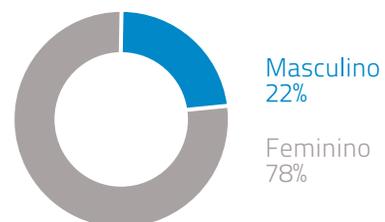
Planear e coordenar a comunicação interna e externa, bem como as actividades de desenvolvimento sustentável, de acordo com os objectivos estratégicos e planos de acção, contribuindo para uma criação de valor intangível relacionado com a imagem da José de Mello Saúde foram também apostas reforçadas em 2010.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE COLABORADORES DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE*

(* Gráficos não incluem José de Mello Residências e Serviços)

Gênero

Distribuição %



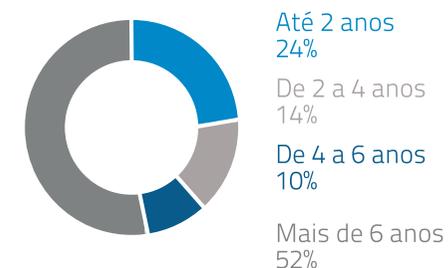
Habilitações Literárias

Distribuição %

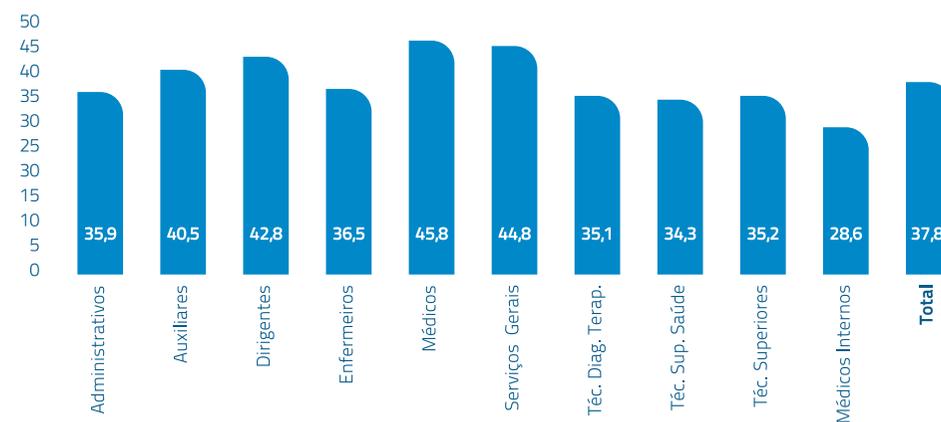


Antiguidade

Distribuição %



Idade Média



GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

No ano de 2010, com o crescimento verificado na José de Mello Saúde, nomeadamente com a abertura do hospital**cu**f porto e o assumir da gestão do hospital de Braga, verificou-se um acréscimo considerável na entrada de novos colaboradores.

Garantir uma boa integração e promover o desenvolvimento dos colaboradores com potencial de crescimento foi a grande prioridade, dado que é sabido que em momentos de crescimento, o acolhimento de novos

colaboradores e o conhecimento do talento que a organização detém é factor fundamental para o sucesso da mesma.

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO

O programa de acolhimento de novos colaboradores tem tido um papel importante no reforço da cultura e valores da José de Mello Saúde, permitindo que cada colaborador tenha desde o seu primeiro dia um conhecimento transversal da história, identidade e cultura da empresa. Ao longo deste ano todos os novos colaboradores da

organização participaram em sessões de acolhimento, com duração de um dia.

GESTÃO DO TALENTO

Em 2010 deu-se continuidade ao " Programa + Talento", o qual permitiu identificar o potencial dos nossos quadros e profissionais de saúde, as suas expectativas e seu desenvolvimento. Cruzando o desempenho com o potencial e a expectativa do colaborador, este programa permitiu desenhar o desenvolvimento e progressão na José de Mello Saúde.



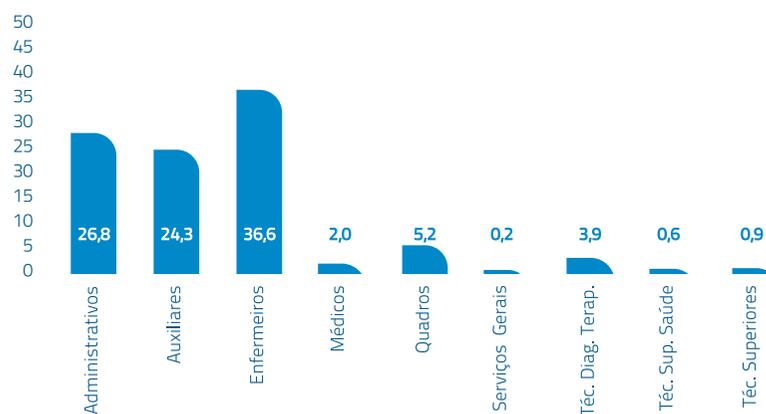
1 Manual de acolhimento da José de Mello Saúde
2 Sessão de acolhimento no hospital**cu**f porto





Formação

Grupo Profissional



Este Programa permitiu dar oportunidades de novos desafios a cerca de 30% dos nossos Quadros.

O “Programa + Talento” em 2010, implementou, também, um programa específico de *trainees*. Esta foi uma aposta clara da José de Mello Saúde na atracção de jovens talentosos, provenientes de universidades de referência na área da gestão. Este Programa tem a duração de um ano, repartindo, cada *trainee*, o seu estágio por duas direcções. Tendo a consciência da importância de uma boa integração e acompanhamento dos *trainees* nos seus locais de trabalho, a José de Mello Saúde definiu para cada um deles, um Mentor que o acompanha ao longo do ano de estágio.

A José de Mello Saúde pretende com este “Programa + Talento”, garantir o presente e preparar o futuro.

FORMAÇÃO

No conjunto da José de Mello Saúde foram realizadas, ao longo de 2010, mais de 24 000 horas de formação.

O ano 2010 foi um ano em que a formação teve, também, um especial destaque, apostando, claramente, na melhoria de competências e conhecimentos dos colaboradores do Grupo. Foi criada a Academia de Enfermagem que tem como missão preparar e assegurar a execução da formação, no planeamento, programação,

organização, acompanhamento e controlo e avaliação das actividades que integram a formação da área assistencial de enfermagem. A formação comportamental, teve também um destaque especial ao longo deste ano, em todas as Unidades, com especial incidência no hospital **cu**f porto.

AValiação DESEMPENHO

Na procura do reforço do compromisso pessoal com a José de Mello Saúde, prosseguiu-se a implementação do novo Modelo de Avaliação e Desempenho para os quadros do Grupo, o “GPS” – Global Performance System. Em 2010, através do sistema GPS foram avaliados 150 quadros e os restantes colaboradores foram avaliados pelo sistema anteriormente em vigor. Também a avaliação 360° foi implementada aos dois primeiros níveis de Quadros da José de Mello Saúde. Foi um exercício muito enriquecedor na medida em que permitiu a cada um dos colaboradores, identificar as suas áreas de melhoria.

RECRUTAMENTO

Em 2010 a José de Mello Saúde manteve uma política activa de recrutamento de profissionais, tendo sido recrutados cerca de 1 054 novos colaboradores. Como já referido, a abertura do hospital **cu**f porto e a gestão do hospital de Braga explicam parte significativa do volume de recrutamentos realizados.



VIDA

hospitalcuf descobertas

icuf aposta na comunicação

Quando se trabalha together e colaboramos em equipe, um conjunto tipo de sinergia acontece e os resultados sempre são melhores. Isso não é diferente no caso do Hospitalcuf, onde a comunicação é sempre qualificada, como nunca foi possível antes.

Desde sua consolidação e a fundação do Hospitalcuf em 2005, a comunicação sempre foi um importante eixo de desenvolvimento do Hospitalcuf, através de estratégias de comunicação e ações de marketing.

Também o Hospitalcuf investiu em ações de comunicação para alinhar a comunicação com os resultados para o sistema, com o objetivo de "dar voz" às áreas especializadas que estão trabalhando e comunicar o melhor que de hoje o Hospitalcuf oferece.

Uma grande maneira de trabalhar e colaborar em equipe é a participação de todos na divulgação da sua atividade, sendo que o Hospitalcuf tem uma estratégia de comunicação para cada área.

Comunicar, e por isso desenvolver estratégias de comunicação, é uma das principais atividades que o Hospitalcuf realiza para alinhar a comunicação com os resultados para o sistema, com o objetivo de "dar voz" às áreas especializadas que estão trabalhando e comunicar o melhor que de hoje o Hospitalcuf oferece.

Desde sua consolidação e a fundação do Hospitalcuf em 2005, a comunicação sempre foi um importante eixo de desenvolvimento do Hospitalcuf, através de estratégias de comunicação e ações de marketing.

Também o Hospitalcuf investiu em ações de comunicação para alinhar a comunicação com os resultados para o sistema, com o objetivo de "dar voz" às áreas especializadas que estão trabalhando e comunicar o melhor que de hoje o Hospitalcuf oferece.

Uma grande maneira de trabalhar e colaborar em equipe é a participação de todos na divulgação da sua atividade, sendo que o Hospitalcuf tem uma estratégia de comunicação para cada área.

Comunicar, e por isso desenvolver estratégias de comunicação, é uma das principais atividades que o Hospitalcuf realiza para alinhar a comunicação com os resultados para o sistema, com o objetivo de "dar voz" às áreas especializadas que estão trabalhando e comunicar o melhor que de hoje o Hospitalcuf oferece.

VIDA

hospitalcuf descobertas

saúdecuf garante serviços médicos do Serralves em Festa

A saúdecuf volta a organizar este ano os Serviços Médicos Ocultos do "Serralves em Festa", evento que ocorrerá nos próximos dias e vai acontecer nos jardins da Fundação de Serralves. Esta é uma iniciativa que marca a agenda cultural da cidade do Porto e que conta, atualmente, com mais de 10 mil visitantes. Com atividades para todas as idades, para toda a família e para a família toda, como refere a organização do evento, promete, esta é a oportunidade de se aproximar artisticamente dos serviços em festa. Além de uma grande festa, a saúdecuf oferece a realização de Serralves como a Festa do Serralves em Festa.

Uma comunicação com colaboradores tem sido uma prioridade do Hospitalcuf descobertas desde o primeiro dia de trabalho e a saúdecuf garante serviços médicos do Serralves em Festa.

A saúdecuf volta a organizar este ano os Serviços Médicos Ocultos do "Serralves em Festa", evento que ocorrerá nos próximos dias e vai acontecer nos jardins da Fundação de Serralves. Esta é uma iniciativa que marca a agenda cultural da cidade do Porto e que conta, atualmente, com mais de 10 mil visitantes. Com atividades para todas as idades, para toda a família e para a família toda, como refere a organização do evento, promete, esta é a oportunidade de se aproximar artisticamente dos serviços em festa. Além de uma grande festa, a saúdecuf oferece a realização de Serralves como a Festa do Serralves em Festa.

Uma comunicação com colaboradores tem sido uma prioridade do Hospitalcuf descobertas desde o primeiro dia de trabalho e a saúdecuf garante serviços médicos do Serralves em Festa.

VIDA

hospitalcuf descobertas

9 anos de vida

Em 2002, o Hospitalcuf descobertas nasceu com o objetivo de oferecer serviços médicos de qualidade e com um compromisso com a comunidade. Hoje, após 9 anos de vida, o Hospitalcuf descobertas continua a crescer e a oferecer serviços médicos de qualidade e com um compromisso com a comunidade.

Uma comunicação com colaboradores tem sido uma prioridade do Hospitalcuf descobertas desde o primeiro dia de trabalho e a saúdecuf garante serviços médicos do Serralves em Festa.

A saúdecuf volta a organizar este ano os Serviços Médicos Ocultos do "Serralves em Festa", evento que ocorrerá nos próximos dias e vai acontecer nos jardins da Fundação de Serralves. Esta é uma iniciativa que marca a agenda cultural da cidade do Porto e que conta, atualmente, com mais de 10 mil visitantes. Com atividades para todas as idades, para toda a família e para a família toda, como refere a organização do evento, promete, esta é a oportunidade de se aproximar artisticamente dos serviços em festa. Além de uma grande festa, a saúdecuf oferece a realização de Serralves como a Festa do Serralves em Festa.

Uma comunicação com colaboradores tem sido uma prioridade do Hospitalcuf descobertas desde o primeiro dia de trabalho e a saúdecuf garante serviços médicos do Serralves em Festa.

VIDA

hospitalcuf descobertas

Novas consultas

O Hospitalcuf descobertas oferece uma variedade de serviços médicos de qualidade e com um compromisso com a comunidade. Hoje, após 9 anos de vida, o Hospitalcuf descobertas continua a crescer e a oferecer serviços médicos de qualidade e com um compromisso com a comunidade.

Uma comunicação com colaboradores tem sido uma prioridade do Hospitalcuf descobertas desde o primeiro dia de trabalho e a saúdecuf garante serviços médicos do Serralves em Festa.

A saúdecuf volta a organizar este ano os Serviços Médicos Ocultos do "Serralves em Festa", evento que ocorrerá nos próximos dias e vai acontecer nos jardins da Fundação de Serralves. Esta é uma iniciativa que marca a agenda cultural da cidade do Porto e que conta, atualmente, com mais de 10 mil visitantes. Com atividades para todas as idades, para toda a família e para a família toda, como refere a organização do evento, promete, esta é a oportunidade de se aproximar artisticamente dos serviços em festa. Além de uma grande festa, a saúdecuf oferece a realização de Serralves como a Festa do Serralves em Festa.

Uma comunicação com colaboradores tem sido uma prioridade do Hospitalcuf descobertas desde o primeiro dia de trabalho e a saúdecuf garante serviços médicos do Serralves em Festa.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Este ano caracterizou-se igualmente por um forte investimento na Comunicação Interna, que acompanha toda a estratégia de Recursos Humanos.

Este desenvolvimento da Comunicação Interna permitiu a fluência da informação entre as várias estruturas da Organização e, acima de tudo, um grande envolvimento dos colaboradores nos objetivos da José de Mello Saúde. Exemplo disso foi a criação de newsletters internas para Unidade, suporte elaborado por colaboradores para

colaboradores, que tem marcado a partilha de informação entre todos os grupos funcionais.

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO A COLABORADORES

Foi desenvolvido em 2010 um Inquérito de Satisfação a colaboradores, abrangendo o hospitalcuf infante santo, hospitalcuf descobertas, clínicacuf alvalade, clínicacuf belém, clínicacuf cascais, clínicacuf torres vedras e Sagies.

Os resultados deste Inquérito revelam um

índice de satisfação global positivo de 64%, significando esta análise que 64% dos colaboradores são de tendência favorável relativamente ao clima organizacional. Este resultado é uma evolução muito positiva, já que igual inquérito realizado em 2005 revelava um índice de satisfação global de 57%.

A análise cuidada da informação recolhida tem permitido a identificação dos pontos fortes e fracos da organização e contribuído para a adoção de medidas que fomentam a melhoria da qualidade do serviço.



SUSTENTABILIDADE



A actividade de prestador de serviços de saúde está intimamente relacionada com o conceito de sustentabilidade, pelo que, ao lidar diariamente com a saúde e com a vida humana, os profissionais da José de Mello Saúde integram constantemente preocupações sociais e de ética empresarial.

Também ao nível do processo de decisão, os órgãos de gestão da José de Mello Saúde estão auxiliados, no plano ético e clínico, por

órgãos consultivos como os Conselho de Ética, Conselho Médico e Conselho de Enfermagem em questões suscitadas pelos progressos científicos, evolução social e actividade legislativa, nos domínios da biologia, da medicina ou da saúde em geral.

No ano de 2010 a José de Mello Saúde desenvolveu, no âmbito da implementação da sua política de sustentabilidade, um esforço de comunicação para que exista uma apreensão

do conceito de Sustentabilidade nas suas três vertentes – económica, social e ambiental – por parte dos seus colaboradores e clientes. Foram criados novos canais de comunicação interna destinados a temas da sustentabilidade e realizadas acções de sensibilização aos profissionais.

Acompanhando e integrando a estratégia da José de Mello Saúde, a política de Sustentabilidade assenta em três eixos de actuação prioritários: **+ Saúde, + Pessoas e + Ambiente**. Nestes três campos as principais acções desenvolvidas foram as seguintes:

+ Saúde - Procurando ser a referência na excelência e consistência da prática clínica, este eixo de actuação procura iniciativas que, em linha com o nosso sector da saúde, criem valor em temas como inovação, formação, ética, entre outros. São exemplo as Bolsas e Prémios que anualmente contribuem para a investigação e progresso das Ciências da Saúde em Portugal:

Bolsa D. Manuel de Mello: Com o apoio da Fundação Amélia de Mello, esta Bolsa destina-se a premiar jovens médicos que desenvolvam projectos de investigação clínica, no âmbito das unidades de investigação e desenvolvimento das faculdades de medicina portuguesas. Com o valor de

12 500 Euros galardoa trabalhos de investigação, encontrando-se o concurso aberto a todos os profissionais da saúde.

Em 2010 foram recebidas 22 candidaturas, tendo sido vencedor desta Bolsa a candidatura "Papel do Tecido Adiposo e da Sobrecarga Ventricular na Fisiopatologia da Disfunção Diastólica", apresentada pelo Dr. André Lourenço da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Prémio Mais Valor: Criado para reconhecer o trabalho de colaboradores que tenham contribuído de forma significativa para a criação de valor nas unidades da José de Mello Saúde e José de Mello Residências e Serviços. Focado na Inovação, este prémio no valor de 12 500 Euros, pretende identificar e distinguir profissionais que tenham desenvolvido trabalhos de excelência nas seguintes áreas: melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes; melhoria da segurança dos clientes e colaboradores; melhoria da eficiência dos processos e incremento da sustentabilidade.

Em 2010 o vencedor do Prémio Mais Valor foi o trabalho "Impacto da pernoita hospitalar num programa de Cirurgia de Ambulatório – Avaliação preliminar do Projecto One Day Surgery" apresentado pelos médicos Vicente Luís Matos Vieira e João Manuel Braga dos Anjos, da Unidade de Cirurgia de Ambulatório do Hospital de Braga. Foram ainda atribuídas menções honrosas aos trabalhos "Satisfação do Cliente na Endoscopia Digestiva", apresentado pelas enfermeiras Fernanda Ribeiro,

Helena Santos e Raquel Toco e pela médica Irene Martins, da Unidade de Gastrenterologia da clínica **acuf** cascais e "Projecto assumir as complicações – Grupo de Cefaleias Pós-punção da Dura-Máter", apresentado pelos médicas/os Filipa Martins, Cristina Horta, Tiago Folhadela Faria e Maria Crisóstomo, do Serviço de Anestesiologia do Hospital de Braga.

"Conversas com o pediatra": Numa base mensal, pais, educadoras e auxiliares de educação marcaram presença aos sábados de manhã na clínica **acuf** torres vedras, para acções de informação e sensibilização em temas de saúde como: "Obesidade Infantil"; "Cuidados a ter com o sol"; "Desenvolvimento Infantil"; "Dificuldades de aprendizagem", entre outros.

+ Pessoas - O capital humano é o bem mais valioso da José de Mello Saúde e a força motriz que, desde 1945, tem vindo a posicionar esta organização como prestadora de cuidados de saúde de excelência. Neste eixo de actuação definimos como prioritárias acções que visem os colaboradores e as comunidades onde a José de Mello Saúde está inserida.

A nível de Responsabilidade Social Interna destacam-se os programas:

Bolsas Livros Escolares: Dedicado a compartilhar parte das despesas com material escolar para filhos dos colaboradores da José de Mello Saúde, foram aceites em 2010, 52 candidaturas num valor global de 4 385,92€ atribuídos.





Cabazes de Natal: Por altura da quadra Natalícia, foram entregues 997 cabazes aos colaboradores com as remunerações mais reduzidas da José de Mello Saúde, num valor global de 30 000€.

Colónia de Férias: Desenvolvidas para contribuir para a ocupação dos tempos livres dos filhos dos colaboradores durante o período das férias de Verão, as Colónias de Férias recebem crianças com idades entre os 7 e os 14 anos. A José de Mello Saúde comparticipa uma percentagem do valor que inclui alojamento, alimentação, seguro e transporte, consoante o escalão de remuneração do colaborador em causa.

A José de Mello Saúde procura desenvolver uma ligação à comunidade onde as suas Unidades de Saúde se inserem, posicionando-se como o seu parceiro preferencial para a saúde. Este compromisso foi consubstanciado em 2010 através de várias iniciativas, das quais destacamos as seguintes:

Projecto Educação para a Saúde: Dedicado às escolas e instituições de solidariedade social das comunidades onde existem hospitais e clínicas da José de Mello Saúde, este projecto assenta na ideia de que podemos identificar e evitar comportamentos de risco, reconhecer os benefícios de comportamentos adequados e suscitar comportamentos de prevenção, através de veiculação de informação positiva.

Com dois públicos-alvo principais – crianças e idosos – foram desenvolvidas para os mais novos, acções de formação e sensibilização em escolas e jardins-de-infância que envolveram directamente cerca de 1 400 alunos. Tratou-se de acções de esclarecimento, inseridas nos programas curriculares das instituições de ensino, que envolvem profissionais de saúde. Para os mais seniores foram desenvolvidas acções de sensibilização focalizadas em problemas típicos que afectam esta população, como a prevenção para as ondas de calor no início do Verão e os cuidados a ter com o frio, no início do Inverno, entre outros.

Campanha de angariação de roupa e brinquedos: Por altura da quadra Natalícia, foi promovida uma campanha de angariação de bens (roupa e brinquedos), em todas as unidades da José de Mello Saúde. Esta campanha teve a particularidade de recrutar colaboradores que, voluntariamente e nos seus tempos livres, ajudaram a assegurar todas as tarefas necessárias para a sua execução e durante 20 dias foram recolhidas 2 500 peças de roupa e 1 200 brinquedos. Os bens angariados foram disponibilizados, em primeira-mão, aos colaboradores que deles quisessem usufruir e os restantes foram alvo de doações à população carenciada que é servida pelo Hospital de Braga. A roupa foi entregue ao Serviço de Voluntariado do Hospital de Braga que, em articulação com as assistentes sociais, identificou os utentes que necessitavam dessa ajuda material. Também os brinquedos serviram para animar o serviço de pediatria do mesmo Hospital. Através das doações, todas as crianças que receberam alta hospitalar até ao final de 2010, foram presenteadas com um brinquedo.

- 1 Campanha de angariação de roupa e brinquedos
- 2 Colónia de Férias de 2010
- 3 Projecto Educação para a Saúde

Projecto Ser Solidário: A adesão ao projecto transversal a todo o grupo José de Mello, denominado "Ser Solidário", que visa apoiar um conjunto de instituições de Solidariedade Social, mediante a participação activa dos colaboradores da José de Mello Saúde (pela sua contribuição e escolha da associação a beneficiar) reuniu a quantia de 4 000 Euros que foram entregues à Associação Acreditar.

+ Ambiente - A José de Mello Saúde integra preocupações ambientais na sua actividade e procura a criação de valor por vias que mantenham e valorizem todas as formas de capital humano, natural e financeiro.

A nível de iniciativas de cariz ambiental, destacam-se as seguintes:

Campanha de Eco-Eficiência: Destinada a colaboradores e clientes, a José de Mello Saúde lançou em 2010, uma campanha de sensibilização ambiental para implementar práticas de eco-eficiência e racionalização dos consumos energéticos dentro das suas unidades de saúde. Com o conceito "Água e Energia são vida. Preserve-as", a campanha incentivou a adopção de boas práticas em duas áreas de actuação- Água e Electricidade - para as quais foram criados materiais de sensibilização com conselhos práticos de poupança e redução do desperdício.

Projecto Limpar Portugal: O Projecto Limpar Portugal foi um movimento cívico que teve como objectivo promover a educação ambiental por intermédio da iniciativa de limpar a floresta portuguesa no dia 20 de Março de 2010. A José de Mello Saúde aderiu a este projecto, promovendo e comunicando-o internamente. Dado o seu cariz de implementação nacional, permitiu que 50 colaboradores e respectivos familiares de todas as regiões onde existem unidades da José de Mello Saúde pudessem participar.



1

- 1 Campanha Eco-Eficiência
- 2 Projecto Limpar Portugal
- 3 Entrega dos cheques do Projecto Ser Solidário



2



3

ACTIVIDADE MÉDICO-CIENTÍFICA

No ano de 2010 a José de Mello Saúde manteve o compromisso de investir no desenvolvimento e promoção das vertentes de Ensino e Produção Científica.

No ano de 2010 a José de Mello Saúde manteve o compromisso de investir no desenvolvimento e promoção das vertentes de Ensino e Produção Científica. É objectivo da José de Mello Saúde ser um intérprete activo nestas áreas, visto que estas são alavancas importantes para uma prestação de serviços de excelência nos cuidados de saúde.

ENSINO

Em 2010 foram continuados os trabalhos conducentes à obtenção de idoneidade formativa para especialidades em diferentes unidades da José de Mello Saúde; o objectivo será garantir a capacidade formativa, tal como conseguido em 2007, aquando da atribuição da capacidade formativa parcial, para o internato de Pediatria Médica no hospitalcuf descobertas, e em 2008, quando foi atribuída, pelo Conselho Nacional para a Pós-Graduação da Ordem dos Médicos, a idoneidade formativa total para os internatos de Otorrinolaringologia (ORL) no hospitalcuf infante santo e Imuno-Alergologia no hospitalcuf descobertas.

Também no ano de 2010, e como consequência da aplicação de um protocolo celebrado com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, foi mantido o programa de ensino pré-graduado aos



alunos da licenciatura nas especialidades de Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia, Medicina Interna, Cirurgia Geral e Imuno-Alergologia.

A par do ensino pré-graduado foi também desenvolvido um programa de ensino pós-graduado, com a duração de 3 meses para as especialidades de Ortopedia e Imuno-Alergologia.

Ainda no campo do ensino, no âmbito do Centro de Ortopedia do hospitalcuf

descobertas são regularmente realizadas *fellowships/bolsas de estudo de formação médica*, ao abrigo de um acordo celebrado com a Associação Europeia de Ortopedia.

No que concerne à Formação Médica Contínua, mais uma vez teve lugar a iniciativa "Férias na Cuf", programa que consiste na realização de estágios proporcionados aos alunos da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa na especialidade de ORL do hospitalcuf infante santo.





ACADEMIA DE ENFERMAGEM

Os objectivos da Academia de Enfermagem (ADE) durante o ano de 2010 englobaram a reorganização de toda a formação desenvolvida pelas unidades da José de Mello Saúde, a elaboração de um procedimento interno que permitisse preparar e assegurar a execução da formação, no planeamento, na programação, na organização, no acompanhamento, no controlo e na avaliação das actividades que integram cada formação da área assistencial de enfermagem. Foi feito um levantamento dos colaboradores que tinham competências pedagógicas e/ou técnicas, com o objectivo de fazer programas de formação transversais às unidades de saúde da José de Mello Saúde e que fossem responsáveis por desenvolver essa formação.

O ano de 2010 traduziu-se na realização de 11 387 horas de formação, que se repartem em 7 230 horas de formação interna e 4 157 horas de formação externa. Esta formação foi dirigida a 732 colaboradores da José de Mello Saúde que representaram 2 148 formandos, sendo 48% enfermeiros, 34% auxiliares de acção médica e 18% para os restantes grupos profissionais.

O hospitalcuf porto foi a unidade com maior número de horas de formação, correspondendo a 50% da formação desenvolvida, pelo facto de, pela primeira vez, se ter posto em prática um plano de integração, onde os colaboradores estiveram um mês a receber formação, tendo a ADE sido responsável por 70h de formação para as AAM e 42h para os enfermeiros. O hospitalcuf descobertas teve

18% e o hospitalcuf infante santo 20%, as outras unidades representaram 12% da formação, sendo de salientar a clínicacuf torres vedras e clínicacuf cascais.

Fazendo agora a caracterização da formação, 71% corresponde a formação técnica, sendo os restantes 29% para a formação comportamental. Da formação técnica as áreas com maior incidência foram: formação para as auxiliares (31%), técnicas de enfermagem (19%), gestão de risco e controlo de infecção (20%), SBV (4%).

Com a entrada da José de Mello Saúde na gestão do Hospital de Braga, iniciou o processo de implementação da ADE, tendo sido realizadas reuniões com os objectivos de conhecer a realidade do Hospital de Braga na área da formação, apresentação da ADE, recrutamento de formadores e divulgação de alguns programas de formação.

Durante o ano de 2011 a ADE tem como objectivos: implementar um processo de avaliação da eficácia da formação, consolidar os planos de curso existentes e promover novos cursos, concluir os processos de acreditação em curso e avaliar outros processos, sustentabilidade financeira da ADE.

INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

A José de Mello Saúde dispõe de uma estrutura especificamente criada para desenvolver uma política pró-activa de incentivo ao crescimento da investigação clínica – o NID – Núcleo de Investigação e Desenvolvimento. Através do NID, a José de Mello Saúde prossegue o esforço de captação de projectos de Investigação de Translação, designadamente Ensaios Clínicos, nas suas unidades.

Estes projectos de I&D são fundamentais para o desenvolvimento e afirmação dos centros clínicos de excelência nas unidades da José de Mello Saúde e são normalmente conduzidos por equipas clínicas que potenciam o conhecimento científico e tecnológico na área da terapêutica em causa. A José de Mello Saúde tem já uma expressiva actividade de investigação consubstanciada na realização de numerosos Ensaios Clínicos e Estudos Observacionais que desenvolve.

Actualmente decorrem nas nossas unidades os ensaios e estudos apresentados na tabela abaixo.

	hospitalcuf infante santo	hospitalcuf descobertas	institutocuf / Dr. Campos Costa	Hospital de Braga	TOTAL
Total de Ensaios Activos	8	5	44	12	69
Total de Estudos Activos	0	5	-	1	6
TOTAL	8	10	44	13	75



PUBLICAÇÕES E EVENTOS DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CLÍNICO E CIENTÍFICO

À semelhança de anos anteriores no ano de 2010 foram realizados vários acontecimentos corporativos que procuraram fomentar o relacionamento com a comunidade clínica interna e externa à José de Mello Saúde:

- 1ª Reunião Pediátrica saúdecuf e 4ª Reunião Pediátrica hospitalcuf descobertas
- 2ª Jornadas da Primavera clínicacuf cascais
- 3ª Reunião Clínica clínicacuf torres vedras
- 2ª Jornadas de Atualização em Psoríase, hospitalcuf descobertas
- Curso teórico/prático de Cirurgia das Exostoses do Conduto Auditivo Externo hospitalcuf infante santo
- IV Jornadas de Gastrenterologia do Hospital de Braga
- Casos e dicas em Pneumologia Pediátrica – hospitalcuf porto
- XV Curso Artroscopia do Joelho - Técnicas e Controvérsias, hospitalcuf descobertas
- Reunião da Comissão Executiva de Cirurgia Vascular da EU, hospitalcuf Porto
- 4ª Reunião Clínica Patologia Prostática e Bexiga Hiperactiva, Curso de Atualização, clínicacuf torres vedras,
- 2ª Jornadas de Pediatria do institutocuf
- 2ª Reunião Unidade da Mama do institutocuf
- Prevenção saúdecuf relacionada com o dia Mundial do Rim
- Prevenção relacionada com o Dia Mundial da Luta contra o cancro da Mama
- Publicação da Revista “Clínica e Investigação em Otorrinolaringologia”(Trimestral), uma publicação do serviço de ORL do hospitalcuf infante santo;
- Publicação da Revista Cadernos de Ortopedia” (Trimestral) do Centro de Ortopedia do hospitalcuf descobertas





hospitalcuf

Actividade das Áreas de Negócio >

ACTIVIDADE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO



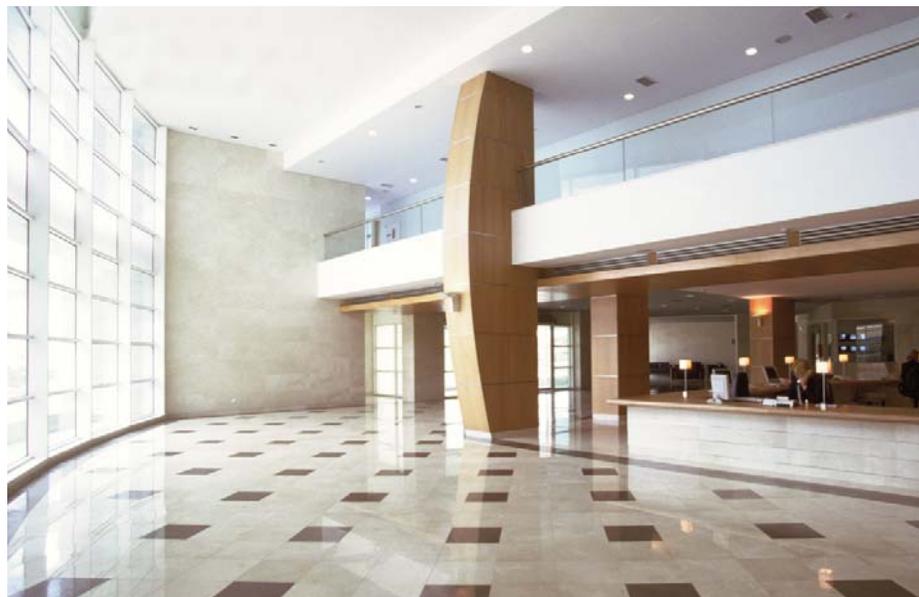
HOSPITALCUF INFANTE SANTO

Em 2010 o hospitalcuf infante santo procurou manter a dinâmica cada vez mais exigente no mercado da hospitalização privada em Portugal. Num mercado com as características do actual, o investimento em tecnologia de ponta, o robustecimento das equipas e a excelência na prestação de serviço ao cliente são vectores diferenciadores e alvo do enfoque diário.

Das principais concretizações de 2010 destacam-se os seguintes aspectos:

- a) Renovação do parque de equipamentos de Imagem com aquisição do novo Mamógrafo Digital, Osteodensitometro e TAC;
- b) Início da actividade de intervenção mamária tirando partido destes novos investimentos;
- c) Alargamento da oferta na área de Dermatologia com a aquisição de um Laser er:Yag com aplicações na área de Dermoestética;
- d) Realização de obras nos pisos de Internamento e nas instalações da cozinha tornando-as mais cómodas e funcionais;
- e) Aposta em coordenadores de especialidades clínicas;





f) Aposta na formação de competências comportamentais, transversal a todas as equipas do hospital, com desenvolvimento dos conteúdos do programa “O caminho para a Excelência”;

g) Implementação do check-in automático no Piso 6 da IS 34 e na Recepção A, sistema este que aposta no desenvolvimento de uma cultura constante de inovação e permite otimizar e controlar o circuito do doente reduzindo o tempo de espera na admissão do cliente;

h) Processo de Re-Certificação de Qualidade do hospitalcuf infante santo.

HOSPITALCUF DESCOBERTAS

O ano de 2010 foi para o hospitalcuf descobertas mais um ano de consolidação da sua actividade assistencial e de desenvolvimento do seu projecto clínico. Continuamos, de forma sustentada, a ser o Hospital privado de referência na região de Lisboa nas áreas Materno-Infantil, Oncológica, Ortopedia, Imuno-Alergologia, entre outras.

No ano de 2010, continuámos a assistir a um forte crescimento da actividade assistencial, principalmente nas áreas de Radioterapia, Gastroenterologia, Imuno-Alergologia e Dermatologia.

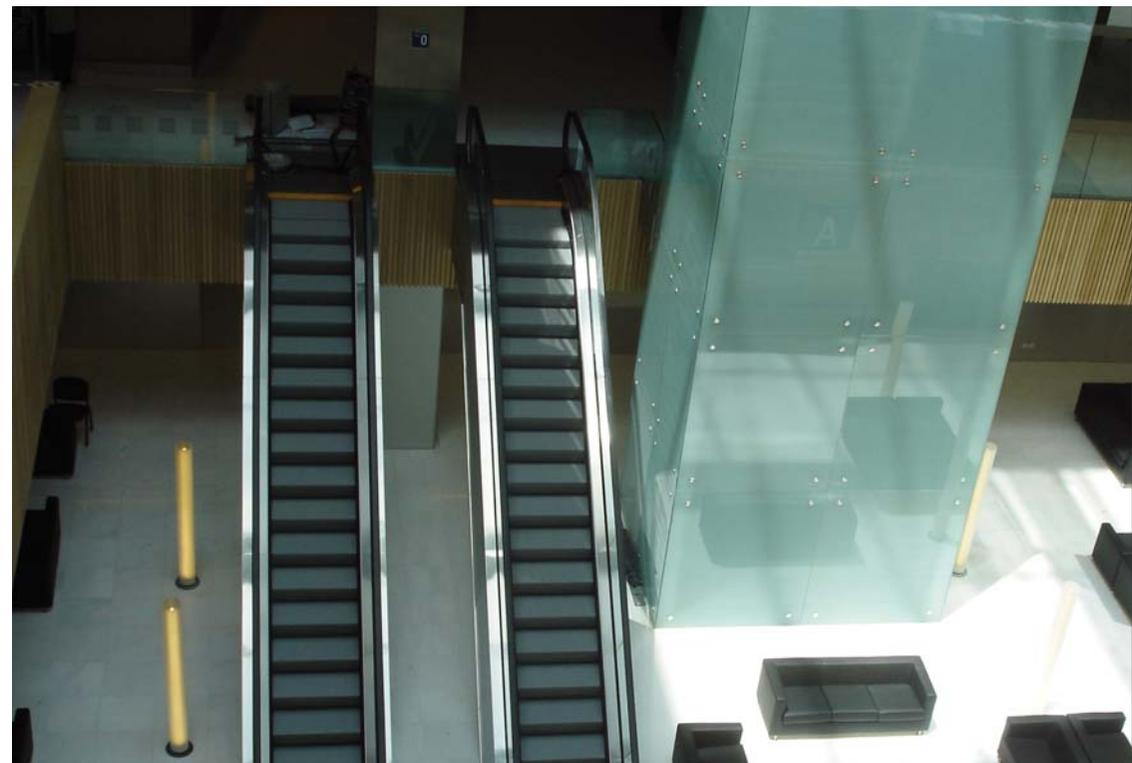
A par do crescimento da actividade e da cada vez maior complexidade associada, destacaram-se este ano alguns projectos do âmbito clínico, tais como, a presença pelo 3º ano consecutivo no Registo Oncológico Regional (ROR – SUL), e a integração no projecto Sinas. Estes projectos são apenas 2 exemplos que contribuem para evidenciar a qualidade dos cuidados prestados aos nossos clientes.

Continuamos a aposta no ensino pré e pós graduado o que permitiu, pela segunda vez ao hospitalcuf descobertas, acolher internos de várias especialidades. Sendo o desenvolvimento humano um dos nossos valores fundamentais, acreditamos que a

formação contínua dos nossos profissionais e a permanente actualização das equipas contribuem decisivamente para a melhoria continua da qualidade assistencial.

São de destacar alguns aspectos marcantes do ano de 2010:

- a) Aumento da oferta: abertura de mais 14 Gabinetes de Consulta nas especialidades médicas Imuno-Alergologia, Oftalmologia e ORL;
- b) Inovação na oferta: Hospital de Dia de Imuno-Alergologia;
- c) Projectos de Optimização nas áreas do Atendimento Permanente e Bloco de Partos;
- d) Centralização de entrega de exames;
- e) Crescente utilização do Check-in automático;
- f) Renegociação com as principais seguradoras. Participação crescente em concursos públicos (Radioterapia; Medicina Nuclear ...);
- g) Qualidade: Sinas, ROR, GDH's, Registos Clínicos, Prescrição electrónica;
- h) Exploração de novas áreas de negócio, como a Parafarmácia;
- i) Desenvolvimento de um novo suporte de comunicação interna: Newsletter +VIDA no hospitalcuf descobertas



HOSPITALCUF PORTO

Conforme previsto, o hospitalcuf porto iniciou a sua actividade em Junho de 2010. Uma vez concluída a obra, em Maio de 2010, procedeu-se à instalação do hospital até Junho e, a partir dessa data, fez-se uma abertura progressiva das várias áreas. Em Junho iniciou-se a consulta e exames, em final de Agosto foi feita a abertura do bloco operatório e Unidade de Cuidados Intensivos. Em Setembro iniciou-se o Atendimento Permanente dos adultos e crianças e,

finalmente, em Dezembro começou a funcionar o bloco de partos, a neonatologia e a hemodinâmica/radiologia de intervenção.

Para além da instalação do hospital, houve naturalmente um grande esforço na contratação de equipas médicas para as várias especialidades. Esse esforço deverá continuar em 2011, quer na perspectiva de completar equipas quer de captar novos profissionais que tragam ainda maior diferenciação clínica ao hospital.



Escala

Braga

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO (PPP)

HOSPITAL DE BRAGA

O ano foi marcado pela continuação do esforço de melhoria das condições de serviços de saúde à população da região do Minho. Em 2010 continuou a proceder-se a uma profunda alteração de processos, com particular incidência na área da Consulta Externa e no Bloco Operatório. Desta reorganização resultou um crescimento muito expressivo de actividade em todas as linhas de produção, estando a actividade dos últimos quatro meses muito próxima da carga máxima que a estrutura poderia acomodar em termos de produção, particularmente no Bloco Operatório e na Consulta Externa.

Em 2010 o Hospital de Braga conseguiu atingir metas muito ambiciosas a diversos níveis. São de destacar:

- Crescimento muito significativo da actividade assistencial, em particular da actividade programada em regime de ambulatório, com impacto muito positivo na qualidade clínica da resposta aos doentes:
 - Aumento do número de cirurgias programadas em cerca de 55%;
 - Redução de quase 30% do número de doentes a aguardar cirurgia;
 - Redução do tempo de espera para cirurgia de 11 para 5 meses;
- Redução em cerca de 10% do custo do doente padrão face a 2009;
- Melhoria de infra-estruturas críticas para os doentes e colaboradores através de investimentos em obras e equipamento:
 - Abertura de novos serviços – Pólo 2 do SU, Consultas externas e Hospital de Dia
- Reforço da equipa clínica com contratação de médicos diferenciados em áreas vitais para o Hospital e com formação das Direcções de





1



2



clínicaCuf
alvalade

1 Maquete do Hospital de Vila Franca de Xira
2 clínicaCuf alvalade

Serviço e das Chefias de Enfermagem em gestão de equipas e liderança;

- Preparação da plataforma de sistemas para o futuro – implementação de um novo Sistema de Informação Clínico e Administrativo;

- Reconhecimento externo em matéria de qualidade clínica:

- (Reacreditação CHKS- *Caspe Healthcare Knowledge Systems;*)

- A ERS subiu o *rating* do Serviço de Ortopedia em 2010 para o nível máximo de excelência clínica.

VILA FRANCA DE XIRA

O ano de 2010 ficou marcado pela assinatura do contrato de gestão do Hospital Vila Franca de Xira entre o Estado Português e o consórcio Escala Vila Franca de Xira, liderado pela José de Mello Saúde que integra a Somague, a Edifer e a Quadrante, que ocorreu no dia 25 de Outubro.

Após ter sido designada “Preferred Bidder” em 2009, decorreu durante o ano de 2010 todo o processo negocial do contrato de gestão e respectivos anexos.

O processo foi remetido, no mês de Novembro, pelo Estado para o Tribunal de Contas com o objectivo de obtenção do visto que ainda não ocorreu até ao presente momento.

O início da gestão do actual Hospital, assim como o início da construção do novo Hospital, ocorrerá somente após o visto do Tribunal de Contas.

CLÍNICA CUF ALVALADE

A clínicaCuf alvalade é uma unidade de saúde de ambulatório, localizada no Complexo Alvalade XXI em Lisboa e dispõe de uma oferta alargada de serviços, nomeadamente Consultas de Especialidade, Meios Complementares de Diagnóstico, Medicina Física e de Reabilitação e Medicina Dentária.

Em 2010 teve os seguintes factos relevantes:

- Introdução do *check in* automático na recepção;
- Melhoria do serviço ao cliente com consequente redução do número de reclamações;
- Início do projecto de expansão das instalações da clínica;

No ano de 2010, a clínicaCuf alvalade registou ainda um crescimento significativo da sua actividade com especial destaque para a Radiologia, Medicina Física e Reabilitação, Medicina Dentária, Ginecologia e Obstetrícia e Consultas.





clínica cuf
belém



clínica cuf
cascais

1 clínica cuf belém
2 clínica cuf cascais

CLÍNICA CUF BELÉM

A clínica cuf belém é uma unidade vocacionada para o ambulatório com especial destaque para os acidentes de trabalho, exames complementares de diagnóstico nomeadamente na área da Imagiologia, cardiologia e gastroenterologia e consultas.

Em 2010 destacam-se os seguintes factos relevantes:

a) Reforço da área da ginecologia com a aquisição de equipamentos e alargamento da oferta,

b) Renovação dos equipamentos de gastroenterologia

c) Crescimento da medicina dentária

CLÍNICA CUF CASCAIS

A clínica cuf cascais está localizada numa área com excelentes acessibilidades, tem cerca de 13 500 m² distribuídos por sete pisos e cerca de 200 lugares de estacionamento. Dispõe de 36 gabinetes de consulta, unidade de fisioterapia, 2 salas de bloco operatório com capacidade de 20 quartos de internamento, vasta gama de especialidades

médicas, serviço de Atendimento Permanente, para além de uma oferta robusta de Imagiologia e de um serviço de Hemodiálise.

Com a notoriedade e força da marca saúdecuf e com as suas excelentes instalações, a clínica cuf cascais é hoje uma unidade de referência incontornável no concelho de Cascais.

São de destacar alguns aspectos marcantes do ano de 2010:

a) Certificação pelo Sistema de Gestão da Qualidade;





clínicacuf****
torres vedras

- b) 2ª Jornadas da Primavera da clínica**cuf** cascais;
- c) Consolidação da actividade do Bloco Operatório e do Internamento;
- d) Projecto de melhoria do Atendimento Permanente, com especial enfoque na qualidade dos serviços clínicos prestados, segurança do doente e nível de satisfação dos clientes;
- e) Remodelação da Recepção com o aumento do espaço de atendimento e de espera;
- f) Aquisição da sociedade Ecografia de Cascais.

De destacar o aumento da actividade em 13% nas consultas, 34% no numero de cirurgias e de 26% nos dias de internamento.

CLÍNICA**CUF** TORRES VEDRAS

A clínica**cuf** torres vedras representa uma realidade diferente face ao panorama das clínicas**cuf**, essencialmente por duas razões: situa-se fora dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto e, simultaneamente, combina a capacidade de ambulatório com a capacidade de internamento. A clínica**cuf** torres vedras dispõe de diversos gabinetes de consulta e exames, de uma forte área de Imagiologia, de um Bloco Operatório com duas salas, de Internamento com 16 camas e ainda de um Atendimento Permanente de Adultos e Pediátrico aberto 24 horas por dia.

O ano de 2010 marca o segundo ano completo de actividade da clínica**cuf** torres vedras. No decorrer deste ano a unidade prosseguiu o processo de afirmação junto da população da Região do Oeste através da

prestação de serviços de saúde cada vez mais diversificados e de grande qualidade. Actualmente a clínica**cuf** torres vedras é já a unidade de prestação de cuidados de saúde de referência na Região, beneficiando de grande notoriedade.

Destacamos durante o ano de 2010:

- a) Reforço da actividade cirúrgica;
- b) Início dos acordos para acidentes de trabalho;
- c) Introdução do sistema de check in automático nas recepções;
- d) Certificação pelo Sistema de Gestão da Qualidade;
- e) Encontros mensais "Conversas com o Pediatra", destinados a profissionais





institutocuf

diagnóstico e tratamento

ligados à infância, nomeadamente educadores, professores e pais;

f) Realização das quartas Jornadas Médicas com o tema “Patologia Prostática e Bexiga Hiperactiva”.

Destacamos o crescimento da actividade cirúrgica em 51%, das diárias de internamento em 34%, da consulta em 32% e do atendimento permanente em 17%.

INSTITUTOCUF

O institutocuf prosseguiu, em 2010, o seu trajecto no sentido de se afirmar como a principal unidade na prestação de cuidados de saúde privados, em regime de ambulatório, no Norte do País.

O institutocuf conta hoje com uma oferta de serviços médicos de excelência em

todas as especialidades médico-cirúrgicas, dando uma resposta à crescente procura. Esta procura está patente no crescimento verificado em 2010 em todas as áreas da sua actuação, quando comparado com 2009, nomeadamente nas consultas (+37%) e nas cirurgias (+42%), o que possibilitou que o Volume de Negócios crescesse 22% ultrapassando os €16M e que institutocuf apresentasse pela primeira vez um EBITDA positivo.

Este desempenho acontece no ano em que se verificou uma forte consolidação das principais unidades concorrente e em que abriu também o hospitalcuf porto. Com a abertura desta unidade foi necessário proceder a ajustamentos na oferta do institutocuf tendo sido iniciadas obras de requalificação de alguns espaços, sendo de destacar a construção de três novos quartos que permitirão passar das actuais

quatro para oito camas, alteração fundamental para garantir o crescimento da actividade cirúrgica.

A abertura do hospitalcuf porto veio ainda permitir a criação de várias sinergias, clínicas e não clínicas, sendo certo que o denominado “campus de saúdecuf” representará um factor de diferenciação e de criação de valor, que permitirá que ambas as unidades se adaptem mais rapidamente às necessidades dos clientes aumentando e flexibilizando, simultaneamente, a oferta.

Na área comercial destaca-se a assinatura do contrato com a ARS Norte para a realização de tratamentos de Radioterapia aos doentes provenientes do Hospital de Braga assim como o forte crescimento do número de clientes da ADSE, entidade que em 2010 se assumiu como o principal pagador.



Dr. Campos Costa

Desde 1943

IMAGIOLOGIA CLÍNICA

DR. CAMPOS COSTA

O ano de 2010, para a Dr. Campos Costa, foi de extrema exigência e com um desempenho acima da média, tendo em atenção as condicionantes e o meio envolvente em que vivemos.

A crise dos mercados, e a permanente contenção nas despesas de saúde, exigiram que esta empresa se obrigasse a uma evolução e adaptação constante às exigências dos seus clientes (doentes, médicos e instituições), bem como a uma solidificação dos seus processos, meios e formas de estar presente no Mercado.

O reforço do “cross-selling” em produtos como a Medicina Nuclear (com a participação na CIMC), a exploração do serviço de radiologia do hospital **cu**f porto, a solidificação dos seus mercados naturais das suas 14 unidades, seis unidades próprias (Porto, São João da Madeira, Paredes, Santo Tirso, Santa Maria da Feira e Matosinhos), cinco em parceria (Fafe, Felgueiras e Ordem do Carmo no Porto e Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE - Serviços de Imagiologia dos Hospitais de Viana do Castelo e de Ponte de Lima), os produtos diferenciados como a Radiologia de Intervenção, exames diferenciados em Medicina Nuclear (parceria com a ULSAM para todos os exames hospitalares e de todos os centros de saúde), entre outros, fizeram com que o volume de negócios atingisse os 16,9 milhões de euros, com cerca de 350 colaboradores e mais de 500 000 exames produzidos.



Salienta-se ainda o reforço da teleradiologia, com a marca MEDWEB, em que todo o corpo clínico da Dr. Campos Costa garantiu a assistência a mais de 14 hospitais de grande dimensão, como Hospital do Funchal, Hospital de Gaia, Hospital de Viseu, Hospital de Amadora-Sintra, Hospital de Chaves e Vila Real, entre outros clientes, em exames de Consulta Externa, Urgência e Via Verde, onde os tempos de resposta exigidos não podem ultrapassar os 30 minutos.

A Dr. Campos Costa, Imagiologia Clínica, pretende continuar a desenvolver todo o seu conhecimento, inovação (em 2010 passou a integrar a COTEC Inovação) e prestação de serviços clínicos nas áreas de Radiodiagnóstico, Mamografia Digital,

Ecografia/Doppler, Densitometria Óssea, Ressonância Magnética e Teleradiologia e Medicina Nuclear.

A CIMC - Centro de Imagiologia Médica Computorizada, adquirida pela Dr. Campos Costa a 100% em 2008 e após todas as alterações levadas a cabo no ano de 2009, que permitiram preparar a empresa para novos desafios, solidificou a sua presença e notoriedade, o que lhe permitiu ter um conjunto de expectativas para os anos seguintes de elevado grau de confiança.

O ano de 2010, foi marcado por:

a) Licenciamento da unidade do Porto situada no institut**cu**f, bem como o

alargamento da licença para a realização de exames com FDG.

- b) Equipamento do serviço do instituto curioso, com tecnologia de ponta ao nível da radiofarmácia e equipamentos de monitorização.
- c) Remodelação profunda das instalações de Viana do Castelo, com a colocação em funcionamento da 2ª Gamma-Câmara, utilizando as licenças existentes.
- d) Celebração de um contrato com ULSAM - Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE, para toda a Medicina Nuclear da região, seja para exames Hospitalares, seja para exames de ambulatório, provenientes dos Centros de Saúde.

Em 2011, a CIMC tem como objectivo ultrapassar a barreira de 1 milhão de euros, incentivada por novos negócios, novos mercados e pelo crescimento da sua notoriedade no mercado da Medicina Nuclear.



SAGIES

A Sagies tem por vocação a prestação de serviços externos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) prestando assistência diferenciada aos sectores privado, público e social num amplo espectro de actividades, desde os serviços e comércio até às actividades consideradas de risco como sejam a indústria automóvel, química, reparação naval ou hospitalar.

O ano de 2010 registou um crescimento assinalável de cerca de 10% (volume de negócios atingiu os 3,8 milhões de euros) que, beneficiando da melhoria da eficiência operacional, originou um aumento da riqueza criada apesar do ambiente macroeconómico adverso.

Em simultâneo reforçou a aposta na qualidade tendo i) renovado a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade,

Ambiente e Segurança pela SGS, ii) sido licenciada definitivamente pela Autoridade para as Condições do Trabalho e iii) sido sujeita ao *international proficiency testing scheme* AFRICA que é realizado periodicamente pelo Institute of Occupational Medicine de Edinburgh. Ainda neste espírito estabeleceu o seu Código de Conduta e estruturou formalmente o Centro de Formação.



GRUPO HOSPITALÁRIO QUIRÓN

Em 2010 o Grupo Hospitalário Quirón verificou um crescimento da sua actividade, tendo registado os seguintes resultados consolidados:

Indicadores Consolidados do Grupo Hospitalario Quirón (M€)	2009	2010	% Variação 2010/2009
Volume de Negócios	213,581	252,159	18,06%
EBITDA	5,001	-0,295	-105,90%
EBITDA / Volume de Negócios	2,3%	-0,1%	
EBIT	-3,355	-7,790	132,19%
EBIT / Volume de Negócios	-1,6%	-3,1%	
Resultado Líquido	5,359	-9,485	-276,99%
Activo Total	231,8	249,2	7,51%
Passivo Total	167,9	194,4	15,74%
Capital Próprio	63,8	54,8	-14,17%

O Volume de Negócios teve uma variação positiva de **18,06%**





Análise Económico-Financeira >

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA



Apesar do contexto económico e financeiro adverso, a José de Mello Saúde confirmou em 2010 a sua capacidade de gestão e de crescimento no sector da saúde, encerrando o exercício económico com um volume de negócios de 356,8 milhões de Euros, mais 92 milhões de Euros (+34,7%) face ao ano anterior.

Apesar do contexto económico e financeiro adverso, a José de Mello Saúde confirmou em 2010 a sua capacidade de gestão e de crescimento no sector da saúde, encerrando o exercício económico com um volume de negócios de 356,8 milhões de Euros, mais 92 milhões de Euros (+34,7%) face ao ano anterior.

Para esta evolução contribuíram os crescimentos verificados praticamente em todas as unidades saúdecuf, bem como o crescimento significativo da actividade no Hospital de Braga que completou o primeiro ano de gestão privada.

De registar ainda este ano, em Agosto, o arranque do hospitalcuf porto, o maior hospital privado a norte do País que veio juntamente com o institutocuf reforçar a presença da José de Mello Saúde nesta região.

Pese embora a performance positiva em actividade e facturação, os resultados do grupo foram inquestionavelmente afectados pelo esforço de investimento no seu perímetro de consolidação e em menor expressão pela instabilidade dos mercados financeiros. O EBITDA foi de 21,9 milhões de Euros, reflectindo uma variação -19,3% face a

2009 (2009: 27,2 M.€) e o Resultado Operacional (EBIT) atingiu os 6,8 milhões de Euros ficando abaixo 33,9% face ao registado no ano anterior (2009: 10,4 M.€).

Esta situação ficou a dever-se fundamentalmente ao efeito do arranque do hospitalcuf porto um investimento de cerca de 95 milhões de Euros que encerrou o ano com um EBITDA de -8,1 milhões de euros e um EBIT de -8,6 milhões de Euros.

Os resultados financeiros de - 8,8 milhões de Euros, contribuíram negativamente para o resultado líquido do Grupo sendo importante destacar que cerca de 2,3 milhões de Euros resultam da consolidação de resultados da participação no Grupo Hospitalário Quirón.

Tal como a José de Mello Saúde, os resultados do Grupo Hospitalário Quirón foram afectados de forma significativa pela política de crescimento promovida nos últimos dois anos, sendo de referir o arranque de duas novas unidades hospitalares em Bilbao e Málaga, que iniciaram durante o ano de 2009.

No que respeita aos custos financeiros, o aumento registado acompanhou essencialmente o aumento de endividamento





previsto no financiamento das novas operações. De assinalar ainda o agravamento registado nos Prazos Médios de Recebimento, que exigiu um esforço adicional de financiamento a fundo de maneio.

Fruto destas “performances”, operacional e financeira, o resultado líquido consolidado foi negativo em 4,2 milhões de Euros, que compara com os 2,16 milhões de Euros registados em 2009.

Em termos patrimoniais o activo líquido total cifrou-se em 343,3 milhões de Euros, representando um acréscimo de 7,5% face a 2009 e o Passivo total cifrou-se em 304,8 milhões de Euros, representando igualmente um acréscimo face a 2010, neste caso de 6,2%.

O capital próprio encerrou com 38,4 milhões de Euros reflectindo um crescimento de 6,24 milhões de Euros face ao ano anterior, para o qual contribuiu uma operação de reforço de

capital de cerca 14 milhões de Euros realizado pelos actuais accionistas e que pretendeu sinalizar o compromisso accionista neste projecto de crescimento da José de Mello Saúde.



Informação Financeira Consolidada >

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE
2010 E 2009

Valores expressos em Euros

	Notas	2010	2009
Activos não correntes:			
Goodwill	6 e 17	35 470 124	35 470 124
Outros activos intangíveis	18	10 941 456	8 765 334
Activos fixos tangíveis	6 e 19	68 120 035	59 736 787
Investimentos em associadas	6 e 20	238 000	81 940 182
Investimentos detidos até à maturidade		-	10 000 000
Activos financeiros disponíveis para venda	21	272 687	375 148
Outros investimentos	22	571 431	746 436
Activos por impostos diferidos	23	1 031 596	1 284 730
Outros activos não correntes	25	6 129 201	6 129 201
Total de activos não correntes		122 774 531	204 447 943
Activos correntes:			
Existências	9 e 26	4 043 334	4 149 811
Cientes e adiantamentos a fornecedores	27	81 388 480	65 629 117
Outros devedores	28	1 877 931	1 305 705
Estado e outros entes públicos	24	5 571 070	3 374 988
Caixa e equivalentes a caixa	29	28 396 646	33 313 122
Outros activos correntes	25	20 451 683	7 049 438
Total de activos correntes		141 729 144	114 822 180
Activos não correntes detidos para venda	30	78 723 028	-
TOTAL DO ACTIVO	6	343 226 703	319 270 123

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE
2010 E 2009

Valores expressos em Euros

	Notas	2010	2009
Capital próprio:			
Capital	31	53 000 000	53 000 000
Prestações acessórias		14 350 000	-
Reserva de justo valor	21	(7 887)	94 573
Reserva legal	32	1 433 878	1 093 918
Outras reservas e Resultados transitados		(30 849 878)	(29 492 439)
Resultado líquido consolidado		(4 156 725)	2 156 140
Capital próprio atribuível a accionistas		33 769 387	26 852 192
Interesses minoritários	33	4 635 575	5 303 693
Total capital próprio		38 404 962	32 155 884
Passivos não correntes:			
Empréstimos	34	98 120 213	87 775 012
Locações financeiras	35	16 972 285	14 525 631
Benefícios aos empregados	36 e 37	2 434 000	2 396 000
Provisões	37	2 460 760	1 837 470
Total de passivos não correntes		119 987 258	106 534 113
Passivos correntes:			
Empréstimos	34	57 139 104	66 054 150
Locações financeiras	35	6 631 881	5 790 658
Fornecedores e adiantamentos de clientes	38	72 964 297	62 008 618
Estado e outros entes públicos	24	8 583 357	7 685 939
Outros credores	39	4 898 526	6 161 481
Acréscimos e diferimentos passivos	40	34 617 317	32 879 278
Total de passivos correntes		184 834 482	180 580 125
TOTAL DO PASSIVO	6	304 821 741	287 114 239
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		343 226 703	319 270 123

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010



DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS SEPARADAS DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Valores expressos em Euros

	2010				2009			
	Notas	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total	Actividades Continuadas	Actividades Descontinuadas	Total	
Operações em continuação:								
Proveitos operacionais:								
Vendas e prestações de serviços	6 e 8	351 375 356	-	351 375 356	253 656 848	-	253 656 848	
Outros proveitos operacionais	8	5 366 280	30 748	5 397 027	8 541 206	2 647 131	11 188 337	
Total de proveitos operacionais		356 741 636	30 748	356 772 384	262 198 054	2 647 131	264 845 185	
Custos operacionais:								
Custo das vendas	9	(65 441 260)	-	(65 441 260)	(39 230 544)	-	(39 230 544)	
Fornecimentos e serviços externos	10	(145 547 504)	(1 137 279)	(146 684 783)	(124 466 688)	(1 126 945)	(125 593 632)	
Custos com o pessoal	11	(119 481 329)	(178 489)	(119 659 817)	(70 270 023)	(185 916)	(70 455 939)	
Amortizações e depreciações	6, 18 e 19	(13 722 106)	-	(13 722 106)	(13 160 783)	(54)	(13 160 836)	
Provisões e perdas por imparidade, líquido	6 e 37	(1 343 156)	-	(1 343 156)	(2 902 017)	(704 710)	(3 606 727)	
Outros custos operacionais	12	(2 879 701)	(172 963)	(3 052 664)	(1 730 155)	(662 515)	(2 392 670)	
Total de custos operacionais		(348 415 056)	(1 488 730)	(349 903 786)	(251 760 209)	(2 680 139)	(254 440 348)	
Resultados operacionais	6	8 326 580	(1 457 983)	6 868 598	10 437 845	(33 008)	10 404 837	
Custos e perdas financeiros								
Custos e perdas financeiros	6 e 13	(8 772 082)	(24 616)	(8 796 698)	(8 663 661)	(427 063)	(9 090 724)	
Proveitos e ganhos financeiros	6 e 13	2 224 909	74 159	2 299 068	1 570 490	277 183	1 847 673	
Resultados relativos a empresas associadas	6 e 13	(2 313 943)	-	(2 313 943)	3 027 061	-	3 027 061	
Resultados relativos a actividades de investimento	6 e 13	16 297	-	16 297	298 944	-	298 944	
Resultados financeiros	6	(8 844 820)	49 543	(8 795 277)	(3 767 166)	(149 880)	(3 917 046)	
Resultados antes de impostos	6	(518 239)	(1 408 440)	(1 926 679)	6 670 678	(182 888)	6 487 790	
Impostos sobre o rendimento								
Impostos sobre o rendimento	6 e 14	(2 809 994)	17 302	(2 792 693)	(2 689 828)	(153 680)	(2 843 508)	
Resultado líquido consolidado do exercício		(3 328 234)	(1 391 138)	(4 719 372)	3 980 850	(336 568)	3 644 282	
Resultado líquido do exercício atribuível a minoritários								
Resultado líquido do exercício atribuível a minoritários	6 e 33	(393 413)	(169 233)	(562 646)	1 564 690	(76 548)	1 488 142	
Resultado líquido do exercício atribuível a detentores de capital	6 e 16	(2 934 820)	(1 221 905)	(4 156 725)	2 416 159	(260 020)	2 156 140	
Resultado por acção:								
Básico	16			(0,39)			0,20	
Diluído	16			(0,39)			0,20	

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada separada do resultado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010



DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Valores expressos em Euros

	Notas	Capital	Prestações accessórias	Reserva de justo valor	Ajustam. de conversão cambial	Reserva legal	Outras reservas e Resultados transitados	Resultado líquido	Interesses minoritários	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		53 000 000	-	-	-	895 665	(27 003 533)	719 812	4 066 917	31 678 860
Aplicação do resultado consolidado de 2008:										
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	198 253	(8 243 109)	8 044 855	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	5 914 667	(8 764 667)	(37 291)	(2 887 291)
Variações de interesses minoritários resultantes da sua atribuição a accionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações resultantes de alterações dos capitais próprios de associadas		-	-	-	-	-	118 281	-	-	118 281
Variações de interesses minoritários resultantes de alterações do perímetro de consolidação		-	-	-	-	-	-	-	(184 134)	(184 134)
Resultado consolidado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2 156 140	1 488 142	3 644 282
Outros		-	-	94 573	-	-	(278 745)	-	(29 942)	(214 113)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		53 000 000	-	94 573	-	1 093 918	(29 492 438)	2 156 139	5 303 692	32 155 885
Aplicação do resultado consolidado de 2009:										
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	339 960	(7 549 623)	7 209 663	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	6 900 802	(9 365 802)	(105 162)	(2 570 162)
Variações de interesses minoritários resultantes da sua atribuição a accionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações resultantes de alterações dos capitais próprios de associadas		-	-	-	-	-	(708 619)	-	(309)	(708 928)
Variações de interesses minoritários resultantes de alterações do perímetro de consolidação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimento de prestações accessórias		-	14 350 000	-	-	-	-	-	-	14 350 000
Resultado consolidado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(4 156 726)	(562 646)	(4 719 372)
Outros		-	-	(102 460)	-	-	-	-	-	(102 461)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		53 000 000	14 350 000	(7 887)	-	1 433 878	(30 849 878)	(4 156 726)	4 635 575	38 404 962

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010



DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Valores expressos em Euros

	2010	2009
Resultado líquido consolidado do exercício	(4 719 372)	3 644 282
Alterações nos capitais próprios das associadas	(708 619)	118 281
Variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	(102 460)	94 573
Aquisição de interesses minoritários	-	-
Rendimentos reconhecido directamente no Capital Próprio	(811 079)	212 854
Rendimentos integrais consolidados	(5 530 451)	3 857 136
Atribuível a:		
Detentores do capital	(4 967 496)	2 398 936
Interesses minoritários	(562 955)	1 458 201

O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas dos rendimentos integrais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009



DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Valores expressos em Euros

	Notas	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		322 315 256	267 824 790
Pagamentos a fornecedores		(202 277 374)	(172 294 811)
Pagamentos ao pessoal		(117 888 926)	(70 010 621)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 415 323)	(1 237 118)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(305 690)	(3 205 706)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(1 572 057)	21 076 534
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos financeiros e outros investimentos	21	10 001 800	3 564 711
Activos fixos tangíveis	6 e 19	13	3 194 150
Juros e proveitos similares	13	977 579	1 300 134
Dividendos		16 197	135 668
		10 995 589	8 194 663
Pagamentos respeitantes a:			
Activos financeiros e outros investimentos	21	(109 028)	(1 041 448)
Activos fixos tangíveis	6 e 19	(11 638 946)	(8 303 990)
Activos intangíveis		0	(15 000 000)
Outros		(136 574)	0
		(11 884 548)	(24 345 437)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(888 959)	(16 150 774)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	31	31 301 845	38 620 000
Empréstimos a empresas do Grupo		0	0
Prestações acessórias		14 350 001	50 010
Juros e proveitos similares	6 e 13	0	38 187
		45 651 846	38 708 197
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	31	(30 651 579)	(788 426)
Empréstimos a empresas do Grupo		(192 500)	0
Amortização de contratos de locação financeira	35	(6 455 491)	(3 876 683)
Juros e custos similares	13	(8 137 369)	(8 381 283)
Dividendos pagos e resultados distribuídos	15	(2 568 912)	(2 887 292)
Outros		(101 454)	0
		(48 107 305)	(15 933 685)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(2 455 459)	22 774 512
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(4 916 475)	27 700 271
Efeito das Diferenças de Câmbio		0	0
Efeito da Variação de Perímetro		0	75 823
Caixa e seus equivalentes no início do período	39	33 313 122	5 537 028
Caixa e seus equivalentes no fim do período	39	28 396 646	33 313 122

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE
2010 E 2009

Valores expressos em Euros

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A José de Mello Saúde, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "JMS ") tem sede em Lisboa, foi constituída em Dezembro de 1992 e tem como actividade principal a prestação de cuidados de saúde. O universo empresarial da JMS ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas descritas na Nota 4.

Conforme referido na Nota 31, o capital da Empresa é detido maioritariamente pela José de Mello, SGPS, S.A. e, conseqüentemente, as operações e transacções da Empresa (Nota 44) são influenciadas pelas decisões do Grupo José de Mello, SGPS, S.A..

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, quando necessário, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2009 Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respectivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

À data da aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração encontram-se emitidas, mas de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes, as seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas pela União Europeia:

- IFRS 1 - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS (emenda);
- IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação (alteração);
- IAS 24 – Partes relacionadas (alteração);
- IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações (alteração);
- IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (alteração);
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração (novo);
- IFRIC 14 IAS 19 – Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas; e,
- IFRIC 19 – Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital.



Estas normas não foram adoptadas pelo Grupo no exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Contudo não é expectável que os efeitos sejam materiais ao nível da situação patrimonial e resultados.

Operações em descontinuação

O Ministério da Saúde denunciou o contrato de concessão com a empresa do Grupo Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A., que geria o Hospital Público Fernando da Fonseca, cuja transferência da gestão teve efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, razão pela qual esta actividade foi descontinuada. Consequentemente, uma outra empresa do Grupo HASPAC - Patologia Clínica, S.A. que presta serviços, na sua totalidade, ao Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A., foi igualmente descontinuada, tendo apresentado em Março de 2009, junto das finanças, uma declaração de cessação de actividade.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, excepto no que respeita aos instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas adoptadas são apresentadas a seguir.

2.2. JULGAMENTOS CRÍTICOS / ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afectar o valor dos activos e passivos apresentados, em particular amortizações e depreciações, ajustamentos, perdas por imparidade e provisões, as divulgações de activos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os seus proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados na avaliação de impostos diferidos, vidas úteis dos activos tangíveis e investimentos.

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas (Nota 4.1.) em cada período contabilístico efectuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as suas políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração dos resultados consolidados, respectivamente, na rubrica de "Interesses Minoritários".

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de integração global.

b) Concentração de actividades empresariais

A concentração de actividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transacção, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida, adicionado de quaisquer custos directamente atribuíveis ao processo de compra.

Os activos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumprem com os critérios de reconhecimento da IFRS 3, são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição, excepto os activos não correntes (ou grupo de activos) que sejam classificados como detidos para venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

c) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém controlo ou controlo conjunto, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Notas 4.2. e 20) encontram--se registados pelo método da equivalência patrimonial, excepto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos ou perdas em empresas associadas (Nota 13), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de ajustamentos de partes de capital em associadas, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

d) Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na respectiva data de aquisição.

O Goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira ou na rubrica de investimentos em associadas. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração de resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente Goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

Decorrente da excepção prevista na IFRS 1, o Grupo adoptou as disposições da IFRS 3 às aquisições ocorridas posteriormente a 31 de Dezembro de 2004.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

São efectuados testes de imparidade anualmente.

2.4. ACTIVOS, PASSIVOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em outras divisas, que não Euros são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data da demonstração da posição financeira, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando-se para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício.

2.5. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos;
- O Grupo não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fielmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fielmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que são prestados.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos.

A partir do exercício de 2007 algumas empresas do Grupo passaram a especializar como proveitos, as prestações de serviços médicos já realizados mas cuja facturação ainda não foi emitida.

2.6. RESULTADO OPERACIONAL

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com activos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral ou proporcional. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.7. SUBSÍDIOS

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são deduzidos ao valor desses activos e reconhecidos na demonstração de resultados em quotas constantes, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

2.8. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos tangíveis que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou durante os períodos em que o desenvolvimento do activo seja interrompido. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

2.10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado básico por acção é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da empresa-mãe (aumentado pela quantia após impostos de dividendos e de interesse reconhecidos no período com respeito às potenciais acções ordinárias diluidoras e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos que resultariam da conversão das potenciais acções ordinárias diluidoras), pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais acções ordinárias diluidoras.

As potenciais acções ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre acções e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em acções da Empresa-mãe.

2.11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo, identificáveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridas, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projecto interno para criar um activo intangível.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para o Grupo.

Os activos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros são designados activos intangíveis de vida útil indefinida. Estes activos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

2.12. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 20
Equipamento básico	3 – 14
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	4 – 8
Outros activos fixos tangíveis	4 – 8

A quantia depreciável dos activos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respectivas vidas úteis, excepto nos casos em que o mesmo se estima ser imaterial ou exista incerteza quanto à sua realização. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os activos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais.

2.13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Activos não correntes (ou operações descontinuadas), classificados como detidos para venda, são mensurados ao menor do valor contabilístico e do respectivo justo valor, deduzido dos custos a suportar na futura venda.

2.14. IMPARIDADE DE ACTIVOS NÃO CORRENTES, EXCLUINDO GOODWILL

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o activo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Activos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Reversão de amortizações e ajustamentos. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.15. EXISTÊNCIAS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da actividade, deduzido dos respectivos custos de venda) é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor das existências, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.16. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse dos activos locados; e (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.17. BENEFÍCIOS COM PENSÕES DE REFORMA

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Os custos com a atribuição destes benefícios no âmbito de planos de benefícios definidos são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projectadas”. Estas responsabilidades, assim estimadas, são reconhecidas na demonstração da posição financeira na rubrica Benefícios aos empregados.



Os custos com pensões são registados na rubrica Custos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos actuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período, e o custo dos juros, o qual resulta da actualização das responsabilidades passadas.

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos. Não é aplicado o método do "corridor".

2.18. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha criado uma expectativa válida nos afectados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afectados por ele.

2.19. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Um activo contingente é um possível activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.



Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas de realização estimadas. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica de Provisões e perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversão de provisões e perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Os investimentos que não em empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Activos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda;
- Outros investimentos.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com fluxos financeiros pré-determinados e com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data da demonstração da posição financeira. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas de imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efectiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas de imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância, decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respectivo custo amortizado, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Os activos mensurados ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros detidos para negociação adquiridos para venda no curto prazo, e são classificados como investimentos correntes. Incluem-se ainda nesta categoria os instrumentos financeiros que no momento do reconhecimento inicial são designados pela Empresa pelo justo valor através de resultados, desde que tenham um preço de mercado cotado num mercado activo ou o justo valor possa ser fielmente mensurado.

Após o reconhecimento inicial, os activos mensurados ao justo valor através de resultados e os activos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda ou não se enquadram nas classificações anteriores e são classificados como activos não correntes.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Outras reservas até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os outros investimentos são investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fielmente mensurado. Os outros investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registadas inicialmente pelo seu valor nominal.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de "justo valor" são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito aquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de "cash-flow" são registadas em Ajustamentos de conversão cambial e coberturas na sua componente efectiva e em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em Ajustamentos de conversão cambial e coberturas são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.



A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39

Instrumentos de negociação ("Trading")

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

2.21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2009.

3.2. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2010

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

- a)** Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pelo Grupo
- IFRS 5 - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação (melhoria);
 - IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais (revisão);
 - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (melhoria);
 - IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (melhoria);

- IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (emenda);
- IAS 38 – Activos Intangíveis (melhoria);
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis (emenda e melhoria).

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo

- IFRS 2 – Pagamentos com base em Acções (emenda e melhoria);
- IFRS 1 – Primeira adopção das IFRS (revisão e emenda);
- IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes;
- IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa;
- IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

4.1. EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO INTEGRAL

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, e as seguintes filiais nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (controlo):

Empresas	Sede	Percentagem efectiva de participação	Percentagem de controlo
Holdings e serviços comuns:			
José de Mello Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	Empresa-mãe	Empresa-mãe
JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais, ACE	Oeiras	99,60%	100,00%
JMS - Prestação de Serviços de Saúde, ACE	Oeiras	98,14%	100,00%
José de Mello Saúde - Serviços de Gestão e Consultoria, Lda.	Lisboa	100,00%	100,00%
José de Mello Saúde Espanha, S.A.	Madrid	100,00%	100,00%
VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Porto	70,00%	70,00%
Prestação privada:			
Hospital das Descobertas, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%
Hospital CUF Descobertas, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%
Hospital CUF Infante Santo, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%
Hospital CUF Porto, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%
Clínica CUF Alvalade, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Clínica CUF Belém, S.A.	Lisboa	62,81%	62,81%
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	Lisboa	33,65%	53,58%
CIMC - Centro Imagiologia Médica Computorizada, S.A.	Porto	70,00%	70,00%
Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A.	Matosinhos	70,00%	70,00%
Clínica CUF Torres Vedras, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%
Clínica CUF Cascais, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%
Amadeu Campos Costa, Sociedade Unipessoal, Lda.	Porto	70,00%	70,00%
Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	Porto	70,00%	70,00%
HD Medicina Nuclear, S.A.	Lisboa	70,00%	70,00%
Prestação pública:			
Hospital Amadora-Sintra - Sociedade Gestora, S.A.	Lisboa	88,00%	88,00%
PPPS - Consultoria em Saúde, S.A.	Lisboa	56,85%	56,85%
PPPS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
HASPAC - Patologia Clínica, S.A.	Lisboa	61,60%	70,00%
Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	Braga	99,9998%	99,9998%
Outros:			
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	Oeiras	70,50%	70,50%
Loja Saúdecuf - Produtos e Serviços de Saúde e Bem Estar, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%



4.2. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas registadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 20), são as seguintes:

Empresas	Sede	Percentagem efectiva de participação	Percentagem de controlo
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	Lisboa	34,00%	34,00%
Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	Braga	34,00%	34,00%

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, respeitaram essencialmente a:

Entradas:

Empresas	Sede	Percentagem efectiva de participação	Percentagem de controlo
Loja Saúdecuf - Produtos e Serviços de Saúde e Bem Estar, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%

Durante o exercício de 2010 foi constituída a sociedade Loja saúdecuf – Produtos e Serviços de Saúde e Bem Estar, S.A. não tendo, portanto, impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

As principais actividades desenvolvidas pelo Grupo são agrupadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Prestação pública;
- Prestação privada;
- Holdings e serviços comuns.

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 dos diversos segmentos de negócio é a seguinte:

2010

	Prestação pública	Prestação privada	Holdings e serviços comuns	Outros	Eliminações	Consolidado
Prestações de serviços						
Cientes externos	118 188 867	229 403 065	179 635	3 603 790	-	351 375 356
Intersegmentais	-	12 192 336	18 926 502	347 476	(31 466 314)	-
Total de vendas e prestações serviços	118 188 867	241 595 401	19 106 137	3 951 266	(31 466 314)	351 375 356
Resultado operacional do segmento	(1 661 058)	10 137 887	(2 033 495)	354 145	71 119	6 868 598
Custos e perdas financeiras						(8 796 698)
Proveitos e ganhos financeiros						2 299 068
Resultados relativos a empresas associadas						(2 313 943)
Resultados relativos a actividades de investimento						16 297
Resultados financeiros						(8 795 277)
Resultado antes de impostos						(1 926 679)
Imposto sobre o rendimento						(2 792 693)
Resultado imputável aos minoritários	(894 147)	262 872	(675)	69 305	-	(562 646)
Resultado líquido do exercício atribuível a accionistas						(4 156 725)

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transacções com terceiros.

Outras informações:

	Prestação pública	Prestação privada	Holdings e serviços comuns	Outros	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital fixo (Nota 19)	1 250 061	20 206 753	338 727	25 948	-	21 821 489
Depreciações e amortizações em resultados	(2 761 689)	(10 405 016)	(526 533)	(28 868)	-	(13 722 106)
Provisões e perdas por imparidade	(457 672)	(861 484)	-	(24 000)	-	(1 343 156)

Os activos e passivos por segmento de negócio e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de Dezembro de 2010 são como segue:

	Prestação pública	Prestação privada	Holdings e serviços comuns	Outros	Eliminações	Consolidado
Activos relativos aos segmentos						
Activos fixos tangíveis	3 009 423	63 934 912	1 086 169	89 531	-	68 120 035
Goodwill	-	30 249 659	5 220 465	-	-	35 470 124
Clientes e adiantamentos a fornecedores	38 569 474	45 438 728	2 078 741	1 170 601	(5 869 064)	81 388 480
Outros activos relativos aos segmentos	35 611 386	107 036 968	194 085 048	197 633	(72 665 361)	264 265 674
Investimentos em associadas						238 000
Activos não correntes detidos para venda						78 723 028
Total do activo consolidado						343 226 702
Passivo						
Passivos relativos aos segmentos	76 808 643	213 709 876	105 797 002	380 273	(91 874 054)	304 821 741
Total do passivo consolidado						304 821 741

2009

	Prestação pública	Prestação privada	Holdings e serviços comuns	Outros	Eliminações	Consolidado
Prestações de serviços						
Cientes externos	36 035 194	214 123 132	189 600	3 308 922	-	253 656 848
Intersegmentais	7 405	14 497 798	16 087 388	184 745	(30 777 336)	-
Total de vendas e prestações serviços	36 042 599	228 620 930	16 276 988	3 493 667	(30 777 336)	253 656 848
Resultado operacional do segmento	(1 418 664)	12 749 196	(1 179 941)	254 245	-	10 404 837
Custos e perdas financeiras						(9 090 724)
Proveitos e ganhos financeiros						1 847 673
Resultados relativos a empresas associadas						3 027 061
Resultados relativos a actividades de investimento						298 944
Resultados financeiros						(3 917 046)
Resultado antes de impostos						6 487 790
Imposto sobre o rendimento						(2 843 508)
Resultado imputável aos minoritários	1 018 981	409 624	1 422	58 116	-	1 488 142
Resultado líquido do exercício atribuível a accionistas						2 156 140

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transacções com terceiros.

Outras informações:

	Prestação pública	Prestação privada	Holdings e serviços comuns	Outros	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital fixo (Nota 19)	468 972	7 375 985	560 844	14 809	-	8 420 609
Depreciações e amortizações em resultados	(996 407)	(11 557 939)	(582 367)	(24 124)	-	(13 160 836)
Provisões e perdas por imparidade	(2 640 742)	(944 151)	-	(21 833)	-	(3 606 727)

Os activos e passivos por segmento de negócio e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de Dezembro de 2009 são como segue:

	Prestação pública	Prestação privada	Holdings e serviços comuns	Outros	Eliminações	Consolidado
Activos relativos aos segmentos						
Activos fixos tangíveis	3 683 124	54 416 149	1 562 461	75 052	-	59 736 787
Goodwill	-	30 249 659	5 220 465	-	-	35 470 124
Clientes e adiantamentos a fornecedores	30 943 550	38 642 388	2 009 744	963 282	(6 929 847)	65 629 117
Activos relativos aos segmentos	44 457 381	123 283 505	181 296 602	548 588	(112 256 137)	237 329 941
Investimentos em associadas						81 940 182
Total do activo consolidado						319 270 123
Passivo						
Passivos relativos aos segmentos	78 652 404	206 300 301	111 746 522	567 900	(110 152 887)	287 114 239
Total do passivo consolidado						287 114 239

7. OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO

Conforme referido na Nota 2.1 a actividade das sociedades Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. e HASPAC - Patologia Clínica, S.A., foi descontinuada. Os resultados destas empresas do Grupo, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram:

	2010	2009
Proveitos Operacionais	30 748	2 689 252
Custos Operacionais	(1 488 730)	(2 722 260)
Resultado Operacional	(1 457 983)	(33 008)
Resultados financeiros	49 543	(149 880)
Resultados antes de impostos	(1 408 440)	(182 888)
Impostos sobre o rendimento	17 302	(153 680)
Interesses Minoritários	169 233	76 548
Resultado líquido do exercício	(1 221 905)	(260 020)

As sociedades acima referidas têm como rubricas da demonstração da posição financeira mais significativas as seguintes:

	2010	2009
Activo		
Investimentos	125 746	71 119
Clientes e outras dívidas de terceiros	22 655 928	31 572 073
Caixa e equivalentes a caixa	535 200	9 102 159
Outros activos	376 762	51 495
Passivo		
Empréstimos obtidos	200	160 500
Fornecedores e outras dívidas a terceiros	25 909 722	35 292 701
Provisões	1 062 247	7 988 598
Outros passivos	1 315 223	609 204

8. PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os proveitos operacionais têm a seguinte composição:

	2010	2009
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas	251 488	870 827
Prestações de serviços:		
Actividade hospitalar	160 359 206	151 685 917
Serviço Nacional de Saúde	113 380 128	32 067 255
Actividade clínica	73 715 277	65 534 327
Medicina do trabalho	3 489 808	3 308 922
Outros	179 449	189 600
	351 375 356	253 656 848
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos PPCO - Projectos de hospitais	-	4 673 890
Contrato ARSLVT	-	2 129 709
Cedência de espaço	1 066 202	1 090 516
Correcções relativas a exercícios anteriores	3 492 831	985 261
Cedência de pessoal	199 755	891 952
Benefícios aos empregados (Nota 37)	-	483 167
Reembolso de custos	-	373 192
Contrato de Gestão ARS Norte (HSM)	143 148	314 092
Ensaio clínicos	193 501	100 142
Ganhos obtidos na alienação activos	108 800	27 289
Outros proveitos operacionais	192 789	119 128
	5 397 027	11 188 337
	356 772 384	264 845 185

9. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o custo das vendas foi apurado como segue:

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	4 149 811	1 936 080
Varição de perímetro:		
- entradas	-	2 030 343
- saídas	-	(48 445)
Compras	65 334 784	39 462 376
Custo das vendas	(65 441 260)	(39 230 544)
Saldo em 31 de Dezembro	4 043 334	4 149 811

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existiam quaisquer perdas por imparidade reconhecidas relativas a existências (Nota 37).

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	2010	2009
Honorários	76 447 347	71 701 892
Subcontratos	22 132 122	21 182 665
Rendas e alugueres	15 197 242	13 491 640
Trabalhos especializados	13 293 585	4 459 815
Conservação e reparação	8 801 032	6 887 504
Electricidade	2 422 509	1 678 194
Comunicação	1 718 186	1 550 605
Publicidade e propaganda	1 208 316	864 673
Combustíveis	1 137 854	567 420
Seguros	837 328	576 413
Água	571 024	439 351
Recolha de Resíduos	543 601	313 150
Deslocações e estadas	505 777	549 991
Contencioso e notariado	503 662	145 363
Climatização	288 792	276 767
Material de escritório	145 394	171 199
Portagens	142 777	110 538
Ferramentas e utensílios	65 072	71 343
Artigos para oferta	76 183	45 797
Livros e documentação técnica	9 210	46 604
Outros fornecimentos e serviços	637 770	462 709
	146 684 783	125 593 632

11. CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por segmento de negócio, foi o seguinte:

	2010	2009
Actividades continuadas:		
Prestação pública	2 058	1 893
Prestação privada	1 730	1 400
Holdings e serviços comuns	986	615
Outros	30	31
	4 804	3 939
Actividades em descontinuação:		
Prestação pública	-	-
	4 804	3 939

Os custos com o pessoal nos exercícios findos naquelas datas foram como segue:

	2010	2009
Remunerações dos colaboradores	87 893 670	49 475 529
Encargos sobre remunerações	16 469 710	10 234 186
Custos de acção social	5 125 795	2 787 343
Remunerações dos órgãos sociais	3 365 569	2 693 458
Seguros	1 438 624	1 136 881
Outros benefícios dos colaboradores	670 091	467 007
Benefícios aos empregados (Nota 36)	38 000	259 167
Outros custos com o pessoal	4 658 358	3 402 368
	119 659 817	70 455 939

Os outros custos com o pessoal incluem despesas com indemnizações por rescisão de contrato, formação profissional e subsídio de alimentação.

12. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram como segue:

	2010	2009
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 558 245	1 267 467
Impostos	1 099 225	913 138
Donativos	138 585	35 479
Divídas incobráveis	104 679	-
Quotizações	46 531	44 071
Multas e penalidades	14 719	30 913
Outros	90 679	101 603
	3 052 664	2 392 670

13. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009
Custos e perdas financeiras:		
Juros suportados	(5 618 188)	(6 725 882)
Instrumentos financeiros derivados - Taxa de juro (Nota 41)	(962 249)	(306 873)
Outros custos e perdas financeiros	(2 216 262)	(2 057 968)
	(8 796 698)	(9 090 724)
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	993 467	1 276 077
Descontos de pronto pagamento obtidos	553 261	491 306
Diferenças de câmbio favoráveis	26	80 275
Instrumentos financeiros derivados - Taxa de juro (Nota 41)	752 224	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	90	15
	2 299 068	1 847 673
Resultados relativos a empresas associadas:		
Perdas em empresas associadas (Nota 20)	(2 313 943)	(2 560)
Ganhos em empresas associadas (Nota 20)	-	2 018 795
Ganhos / perdas na alienação de associadas	-	1 010 826
	(2 313 943)	3 027 061
Ganhos / (Perdas) relativos a actividades de investimento:		
Dividendos relativos a outros investimentos	16 297	135 667
Ganhos/perdas em activos disponíveis para venda	-	163 277
	16 297	298 944

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício	2 660 687	2 832 222
Relativo ao exercício anterior	(121 128)	318 595
	2 539 559	3 150 817
Imposto diferido (Nota 23):		
Diferenças temporárias e reversões	253 134	(307 308)
Variações da taxa de imposto	-	-
Prejuízos fiscais	-	-
	253 134	(307 308)
Encargo do exercício	2 792 693	2 843 508

A Empresa e a generalidade das suas participadas estão sujeitas a imposto sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), à taxa nominal de 12,5% na parte da matéria colectável que não ultrapasse os 12 500 Euros e 25% na parte excedente, à qual pode ser acrescida a Derrama Municipal até uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, se aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em 2 000 000 Euros. Nos termos do art.º 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas a Empresa e as suas participadas encontram-se adicionalmente sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto no IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 23).

O encargo de imposto registado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, face ao resultado antes de imposto, pode ser justificado do seguinte modo:

	2010		2009	
	Base fiscal	Imposto	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	10 653 603		9 377 085	
Diferenças permanentes	-		-	
Diferenças temporárias	(955 223)		1 159 655	
	9 698 381		10 536 740	
Encargo normal de imposto		2 424 595		2 634 185
Tributações autónomas		236 092		198 037
Imposto corrente relativo ao exercício		2 660 687		2 832 222
Imposto diferido:				
Constituição/reversão no período		253 134		(307 308)
Imposto corrente relativo ao exercício anterior		(121 128)		318 595
Encargo do exercício		2 792 693		2 843 508

15. DIVIDENDOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 31 de Março de 2010, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram pagos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, de 23,3 cêntimos de Euro por acção (26,9 cêntimos de Euro em 2009), no montante de 2 465 milhares de Euros (2 850 milhares de Euros em 2009).

A respeito do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de accionistas, pelo que ainda não foi reflectido nas demonstrações financeiras correntes.

16. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	2010	2009
Resultado por acção básico		
Resultado para efeito de cálculo do resultado por acção básico (resultado do exercício)	(4 156 726)	2 156 140
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado por acção básico	10 600 000	10 600 000
Resultado líquido por acção básico (Euro)	(0,39)	0,20

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existem efeitos diluidores do resultado por acção, pelo que o resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção.

17. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos valores de goodwill, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Prestação pública	Prestação privada	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	-	37 004 054	37 004 054
Alterações de perímetro	-	880 664	880 664
Adições	-	25 203	25 203
Alienações	-	(2 439 797)	(2 439 797)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	35 470 124	35 470 124
Adições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	35 470 124	35 470 124

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existem quaisquer perdas por imparidade reconhecidas relativas a *goodwill*.

Os valores do *goodwill* nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento (Nota 6)	2010	2009
Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	Prestação privada	16 997 025	16 997 025
Hospital CUF Infante Santo, S.A.	Prestação privada	11 791 702	11 791 702
Valir - SGPS, S.A.	Prestação privada	5 220 465	5 220 465
CIMC - Centro de Imagiologia Médica Computorizada, S.A.	Prestação privada	880 664	880 664
Clínica Cuf Cascais, S.A.	Prestação privada	482 166	482 166
Hospital das Descobertas, S.A.	Prestação privada	97 265	97 265
Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A.	Prestação privada	837	837
		35 470 124	35 470 124

Foram efectuados testes de imparidade cujas conclusões permitiram determinar que o valor do *goodwill* evidenciado no balanço não se encontra em imparidade.

18. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos no valor dos outros activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Total
Activo bruto:				
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	43 727	39 904	-	83 631
Alterações de perímetro:				
- entradas (a)	-	9 067 587	-	9 067 587
- saídas	-	(39 904)	-	(39 904)
Abates	(43 727)	-	-	(43 727)
Saldo em 31 Dezembro 2009	-	9 067 587	-	9 067 587
Adições				
Adições	-	965	2 883 512	2 884 477
Transferências (b)	-	-	5 837 132	5 837 132
Saldo em 31 Dezembro 2010	-	9 068 552	8 720 644	17 789 196
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	(43 647)	-	-	(43 647)
Reforços				
Reforços	(54)	(302 253)	-	(302 307)
Abates				
Abates	43 700	-	-	43 700
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	0	(302 253)	-	(302 253)
Reforços				
Reforços	(25)	(908 211)	(1 020 853)	(1 929 089)
Regularizações				
Regularizações	25	487	(257 108)	(256 596)
Transferências (b)				
Transferências (b)	-	-	(4 359 803)	(4 359 803)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	0	(1 209 977)	(5 637 764)	(6 847 741)
Valor líquido				
Em 31 de Dezembro de 2009	0	8 765 334	-	8 765 334
Em 31 de Dezembro de 2010	0	7 858 575	3 082 880	10 941 455

- (a) A 1 de Setembro de 2009 iniciou-se o contrato de Gestão entre a ARS Norte IP e a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., no qual se estabelece a gestão e a exploração do Estabelecimento Hospitalar de Braga em Regime de Parceria Público-Privada. Na data da transmissão a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. pagou ao abrigo do contrato de gestão hospitalar o valor de 15 milhões de Euros ao qual foi deduzido o valor relativo a Existências e Activos Fixos Tangíveis, denominando-se o remanescente por Direitos de Concessão - este valor será amortizado em 10 anos, período do contrato.
- (b) De acordo com a norma NCRF 6 – Activos intangíveis, no âmbito da aplicação, nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo, pela primeira vez no exercício de 2010 do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respectivas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), o valor bruto e as amortizações acumuladas dos programas de computador foram reclassificados da rubrica de Activos fixos tangíveis e respectivas rubricas de amortizações para a rubrica Activos intangíveis. Em resultado da referida alteração, o valor dos activos intangíveis e respectivas amortizações acumuladas, em 1 de Janeiro de 2010, foi acrescido em 5 837 132 Euros e 4 359 803 Euros, respectivamente.

19. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2010							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	
Activo bruto:								
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	4 802 690	31 139 427	92 438 842	1 383 626	17 532 412	1 015 150	877 521	149 189 668
Regularizações	-	841 921	(258 318)	(502 091)	(59 990)	(1 028 458)	(877 519)	(1 884 455)
Trespases	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	5 427 910	9 384 068	-	2 758 999	14 863	4 235 649	21 821 489
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências (b)	-	-	-	-	(5 837 132)	-	-	(5 837 132)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	4 802 690	37 409 258	101 564 592	881 535	14 394 289	1 556	4 235 650	163 289 570
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	(34 615)	(10 930 616)	(63 358 995)	(1 317 731)	(13 145 518)	(665 406)	-	(89 452 882)
Regularizações	34 615	(508 441)	829 154	509 820	182 520	668 892	-	1 716 560
Trespases	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(2 370 123)	(8 093 568)	(49 740)	(1 275 932)	(3 654)	-	(11 793 017)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências (b)	-	-	-	-	4 359 803	-	-	4 359 803
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	0	(13 809 180)	(70 623 409)	(857 651)	(9 879 127)	(168)	-	(95 169 536)
Valor líquido	4 802 691	23 600 077	30 941 183	23 884	4 515 162	1 387	4 235 650	68 120 035

	2009						Activos tangíveis em curso	Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis		
Activo bruto:								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	4 802 690	28 556 266	85 811 016	1 567 271	16 123 015	936 163	245 325	138 041 745
Alterações de perímetro:								
- entradas	-	-	1 109 967	-	39 550	652	-	1 150 170
- saídas	-	(201 883)	(391 735)	(50 118)	(279 198)	(9 266)	-	(932 200)
Trespases	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	(6 415)	-	-	(6 415)
Adições	-	627 305	3 373 389	-	1 297 170	74 817	3 047 927	8 420 609
Direito de entrada Escala Braga (Nota 18)	-	-	3 614 273	-	281 196	12 784	-	3 908 252
Alienações	-	-	(1 206 012)	(133 527)	-	-	(52 955)	(1 392 494)
Transferências	-	2 157 739	127 945	-	77 093	-	(2 362 777)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	4 802 690	31 139 427	92 438 842	1 383 626	17 532 412	1 015 150	877 521	149 189 668
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	(34 615)	(9 004 949)	(54 774 853)	(1 344 591)	(11 223 379)	(586 235)	-	(76 968 621)
Alterações de perímetro:								
- entradas	-	-	(867 253)	-	(30 913)	(431)	-	(898 597)
- saídas	-	132 419	332 872	27 538	231 012	9 053	-	732 894
Trespases	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(2 058 086)	(8 460 983)	(124 987)	(2 126 680)	(87 793)	-	(12 858 530)
Abates	-	-	384 274	104 106	4 477	-	-	492 857
Alienações	-	-	26 914	20 202	-	-	-	47 116
Transferências	-	-	35	-	(35)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(34 615)	(10 930 616)	(63 358 995)	(1 317 731)	(13 145 518)	(665 406)	-	(89 452 882)
Valor líquido	4 768 076	20 208 810	29 079 847	65 895	4 386 894	349 744	877 521	59 736 787

(b) Tal como referido na Nota 18 acima, o Grupo procedeu à reclassificação dos programas de computador para a rubrica Activos intangíveis. O valor bruto em causa ascendeu a 5 837 132 Euros e as amortizações acumuladas a 4 359 803 Euros.

20. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010			2009		
	Partes de capital	Goodwill	Total	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de Janeiro	33 403 621	48 536 561	81 940 182	32 547 755	48 536 561	81 084 316
Alterações de perímetro	-	-	-	510 000	-	510 000
Efeitos da aplicação de equivalência patrimonial:						
Efeito em resultados (Nota 13)	(2 313 943)	-	(2 313 943)	2 016 235	-	2 016 235
Efeito em capital próprio	(507 440)	-	(507 440)	(248 226)	-	(248 226)
Transferências	(30 344 238)	(48 536 561)	(78 880 799)	(1 422 142)	-	(1 422 142)
Saldo em 31 de Dezembro	238 000	0	238 000	33 403 621	48 536 561	81 940 182

A rubrica Investimentos em associadas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é composta como segue:

	2010			2009		
	Partes de capital	Goodwill	Total	Partes de capital	Goodwill	Total
Grupo Hospitalario Quirón, S.A.	-	-	-	32 658 181	48 536 561	81 194 742
Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	-	-	-	507 440	-	507 440
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	238 000	-	238 000	238 000	-	238 000
	238 000	-	238 000	33 403 621	48 536 561	81 940 182

A principal informação financeira agregada, relativa às empresas associadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Total activo	114 872 123	279 154 328
Total passivo	118 519 081	214 462 701
Vendas e prestações de serviços	66 939 597	205 872 185
Resultado líquido do exercício	(195 540)	5 185 357

21. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos financeiros classificados como disponíveis para venda correspondiam a 52 249 acções da Brisa - Auto-estradas de Portugal, S.A. cujo valor de cotação na Euronext Lisbon ascendia a 272 688 Euros. A diferença entre o valor de custo e o valor de mercado encontra-se registado na rubrica de Reserva de justo valor.

22. OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são os que se seguem:

Participação	2010			2009		
	Partes capital	Perdas por imparidade	Valor de balanço	Partes capital	Perdas por imparidade	Valor de balanço
Eurico Rodrigues, S.A.	250 000	-	250 000	500 000	-	500 000
Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda.	81 245	-	81 245	146 245	-	146 245
Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	99 995	-	99 995	-	-	-
HMR - Health Market Research, Lda.	60 000	-	60 000	60 000	-	60 000
Ecografia de Cascais, Lda.	40 000	-	40 000	-	-	-
Diagnosticar - Diagnóstico Computorizado, S.A.	26 200	-	26 200	26 200	-	26 200
BCP	8 991	-	8 991	8 991	-	8 991
IBET	5 000	-	5 000	5 000	-	5 000
	571 431	-	571 431	746 436	-	746 436

Os outros investimentos incluem activos financeiros não correntes, mensurados ao custo de aquisição, ajustado face às perdas de imparidade estimadas.

Os outros investimentos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

Saldo em 1 de Janeiro de 2009	40 311
Alterações de perímetro	706 245
Alienações e abates	(120)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	746 436
Reavaliações / ajustamentos	(250 000)
Aumentos	139 995
Transferências	(65 000)
Alienações e abates	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	571 431

23. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	Activos por impostos diferidos				Total
	Perdas por imparidade em activos intangíveis	Instrumentos financeiros derivados	Benefícios aos empregados (Nota 36)	Provisões não aceites fiscalmente	
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	-	283 122	694 300	-	977 422
Constituição:					
Resultado líquido	-	24 207	(59 360)	342 461	307 308
Capitais próprios	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	307 329	634 940	342 461	1 284 730
Constituição:					
Resultado líquido	-	-	10 070	-	10 070
Capitais próprios	-	-	-	-	-
Reversão:					
Resultado líquido	-	199 340	-	63 864	263 204
Capitais próprios	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	107 989	645 010	278 597	1 031 596

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado dos ajustamentos de conversão para IFRS. Nos casos em que esses ajustamentos originaram impostos diferidos activos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

24. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos com estas entidades eram como segue:

	2010	2009
Saldos devedores:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	4 429 849	2 695 331
Imposto sobre o valor acrescentado	1 139 048	572 548
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	25	97 226
Outros	2 148	9 882
	5 571 070	3 374 988
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	4 733 326	3 952 980
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1 687 577	1 515 818
Contribuições para a segurança social	1 996 937	1 211 145
Imposto sobre o valor acrescentado	156 351	554 089
Outros	9 165	451 906
	8 583 357	7 685 939

25. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinham a seguinte composição:

	2010		2009	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Acréscimos de proveitos:				
Prestação de serviços médicos não facturados (Nota 2.5)	3 493 098	-	6 510 994	-
Rappel a receber	1 118 193	-	1 202 320	-
Proveitos por produção não facturada	15 422 786	-	-	-
Outros acréscimos de proveitos	93 090	-	65 060	-
	20 127 167	-	7 778 374	-
Custos diferidos:				
Responsabilidade Hospital de São Marcos	-	6 129 201	-	6 129 201
Rendas e alugueres	1 193 419	-	709 296	-
Seguros	223 139	-	214 814	-
Contratos de outsourcing de sistemas de informação	154 471	-	115 563	-
Juros diferidos	7 276	-	25 492	-
Outros custos diferidos	121 212	-	141 932	-
	1 699 516	6 129 201	1 207 098	6 129 201
Perdas por imparidade (Nota 37)	(1 375 000)	-	(1 936 033)	-
	20 451 683	6 129 201	7 049 438	6 129 201

26. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (Nota 9)	4 016 805	4 149 811
Mercadorias (Nota 9)	26 529	-
Perdas por imparidade acumuladas em existências	-	-
	4 043 334	4 149 811

À data de 31 de Dezembro de 2009 o Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. cedeu à nova Entidade Gestora do Hospital, todas as existências que detinha, de acordo com o estabelecido no Protocolo de Transmissão do Estabelecimento Hospitalar.

27. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores tinha a seguinte composição:

	2010			2009		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 37)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 37)	Valor líquido
Clientes, conta corrente	86 982 530	(6 935 555)	80 046 975	66 601 384	(6 935 555)	59 665 829
Clientes de cobrança duvidosa	16 396 616	(15 078 017)	1 318 599	19 846 164	(13 912 694)	5 933 471
Adiantamentos a fornecedores	22 906	-	22 906	29 818	-	29 818
	103 402 052	(22 013 572)	81 388 480	86 477 366	(20 848 249)	65 629 117

Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade em saldos de clientes, que foram estimadas de acordo com o descrito na Nota 2.21. b).

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

28. OUTROS DEVEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Outros devedores tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Pessoal	531 520	502 555
Suprimentos a subsidiárias	257 500	-
Projectos de hospitais em curso	642 841	252 846
Prestadores de serviços	19 476	142 426
Venda de investimentos financeiros	132 000	132 000
Cauções	111 011	35 709
Outros devedores	148 866	240 169
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	34 718	-
	1 877 931	1 305 705

Em Outros devedores encontram-se relevados saldos a receber de diversas entidades por transacções não relacionadas com as actividades principais do Grupo.

29. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Numerário	465 794	650 706
Depósitos bancários	7 930 852	32 662 416
Títulos negociáveis	-	-
Outras aplicações de tesouraria	20 000 000	-
	28 396 646	33 313 122
Descobertos bancários (Nota 34)	(6 563 530)	(16 454 190)
	21 833 116	16 858 932

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

30. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 18 de Maio de 2010 a Comissão Executiva da José de Mello Saúde tomou a decisão de alienar a sua participação no Grupo Hospitalario Quirón. Tal decisão prende-se com o facto de o referido Grupo ter vindo a atingir resultados aquém do esperado pelo Grupo José de Mello Saúde.

No seguimento da referida deliberação por parte da Comissão Executiva, estão em curso diligências com o objectivo de alienar a referida participação financeira cuja concretização se espera que ocorra durante 2011.

Em função do parágrafo anterior, durante o exercício de 2010, procedeu-se à classificação da participação existente como activo não corrente detido para venda, cessando a aplicação do método de equivalência patrimonial em 31 de Maio, tendo sido reconhecida uma perda de 2 313 943 Euros.

Os resultados da participada no ano de 2010 foram os seguintes:

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2010	2009
Vendas e prestações de serviços	241 647	204 964
Outros proveitos operacionais	10 512	8 617
Fornecimentos e serviços externos	(51 468)	(43 534)
Custos com o pessoal	(80 150)	(67 616)
Amortizações e depreciações	(6 608)	(6 890)
Provisões e perdas por imparidade, líquido	(887)	(1 466)
Outros custos operacionais	(121 517)	(97 430)
Ganhos em activos fixos tangíveis	383	16 816
Resultados relativos a empresas associadas	681	674
Proveitos e ganhos financeiros	-	941
Custos e perdas	(6 979)	(7 433)
Resultados antes de impostos	(14 386)	7 643
Impostos sobre o rendimento	4 901	(2 284)
Resultado líquido do exercício	(9 485)	5 359

A sua posição financeira foi a seguinte:

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2010	2009
Activos não correntes	163 345	135 223
Activos correntes	85 809	96 530
	249 154	231 753
Total do Capital e Reservas	53 742	63 347
Passivos não correntes	116 343	97 959
Passivos correntes	79 069	70 447
	249 154	231 753

Foram efectuados testes de imparidade cujas conclusões permitiram concluir que o valor do investimento financeiro evidenciado no balanço não se encontra em imparidade.

31. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital no montante de 53 000 000 Euros, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 10 600 000 acções, com o valor nominal de cinco Euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital era detido pelas seguintes entidades:

Entidade	Número de acções	Percentagem de participação
José de Mello, SGPS, S.A.	6 980 100	65,85%
Fundação Amélia da Silva de Mello	439 900	4,15%
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	3 180 000	30,00%
	10 600 000	100,00%

32. RESERVA LEGAL

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa deverá reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima de 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

33. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	2010	2009
Saldo inicial em 1 de Janeiro	5 303 693	4 066 917
Alterações de perímetro:		
- entradas	-	10
- saídas	-	(184 144)
Dividendos	(105 162)	(37 292)
Minoritários atribuídos a accionistas	-	-
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	(309)	(29 941)
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	(562 646)	1 488 142
Saldo final em 31 de Dezembro	4 635 575	5 303 693

O detalhe por empresa da rubrica de Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

Empresa	Interesses Minoritários		
	% não detida	Resultado	Total
Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizadas, S.A.	30,00%	49 652	934 516
Clínica CUF Belém, S.A.	37,19%	23 045	941 513
Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A.	66,35%	18 920	829 548
PPPS - Consultoria em Saúde, S.A.	43,15%	(724 917)	298 535
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	29,50%	69 305	274 506
Grupo VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	30,00%	(675)	1 498 281
Outros		2 024	(141 324)
		(562 646)	4 635 575



34. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos obtidos eram como segue:

	2010	2009
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	39 033 772	38 774 668
Outros empréstimos bancários	59 086 441	49 000 344
	98 120 213	87 775 012
Passivos correntes:		
Descobertos bancários e contas corrente caucionadas	6 563 529	16 454 190
Papel comercial	15 000 000	15 000 000
Financiamento por intermédio de factoring com regresso	458 095	445 744
Outros empréstimos bancários	35 117 480	34 154 216
	57 139 104	66 054 150
	155 259 317	153 829 163

O Grupo tem contratado um programa de papel comercial com o limite de 15 000 milhares de Euros.

Os empréstimos por obrigações dizem respeito às seguintes emissões:

“Obrigações ISU - Estabelecimentos de Saúde e Assistência, S.A. 2006/2014”

Valor total do empréstimo: 20 000 000 Euros
 Valor nominal: 50 Euros por obrigação
 Vencimento: 18 de Outubro de 2014
 Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de 0,875%

“Obrigações SGHD - Sociedade Gestora do Hospital das Descobertas, S.A. 2006/2014”

Valor total do empréstimo: 20 000 000 Euros
 Valor nominal: 50 Euros por obrigação
 Vencimento: 18 de Outubro de 2014
 Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de 0,875%



Em 31 de Dezembro 2010 e 2009, os empréstimos bancários apresentavam a seguinte composição:

Empresa	2010		2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Hospital CUF Descobertas, S.A.	1 611 781	4 276 438	1 116 000	6 384 000
Hospital Cuf Infante Santo, S.A.	1 611 781	4 276 438	1 116 000	6 384 000
Hospital CUF Descobertas, S.A.	-	14 913 750	-	14 898 750
Hospital Cuf Infante Santo, S.A.	-	14 913 750	-	14 898 750
Hospital CUF Descobertas, S.A.	5 000 000	-	5 000 000	-
Hospital Cuf Infante Santo, S.A.	5 000 000	-	5 000 000	-
Hospital CUF Porto, S.A.	-	11 000 000	-	-
José de Mello Saúde, SGPS, S.A.	2 000 000	-	-	-
José de Mello Saúde Espanha, S.A.	9 893 918	-	9 922 216	-
Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A.	8 000 000	-	6 000 000	-
Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	2 000 000	4 706 065	2 000 000	6 434 844
Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	-	5 000 000	-	-
Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	-	-	4 000 000	-
	35 117 480	59 086 441	34 154 216	49 000 344

A dívida financeira não corrente apresenta os seguintes prazos de reembolso em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Até 2 anos	6 778 500	5 333 000
Até 3 anos	6 466 000	5 333 000
Até 4 anos	49 110 713	5 333 000
Até 5 anos	11 337 500	48 274 668
Mais de 5 anos	24 427 500	23 501 344
	98 120 213	87 775 012

Financial covenants

O Grupo encontra-se obrigado a manter um rácio financeiro em limites previamente negociados.

Linhas de crédito obtidas e não utilizadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existiam respectivamente 22 364 milhares de Euros e 39 051 milhares de Euros de linhas de crédito obtidas e não utilizadas.

35. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2010		2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Activos fixos tangíveis:				
Equipamento básico	5 168 790	11 780 079	4 646 398	7 319 858
Edifícios e outras construções	1 361 100	5 117 403	881 578	7 025 799
Equipamento administrativo	68 485	68 900	123 310	138 764
Equipamento de transporte	33 506	5 903	139 373	41 210
	6 631 881	16 972 285	5 790 658	14 525 631

LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os contratos de locação operacional em vigor no Grupo José de Mello Saúde respeitam, essencialmente, as viaturas e equipamento de escritório.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram reconhecidos custos de 303 413 Euros e 493 372 Euros, respectivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional.

36. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A subsidiária Hospital CUF Infante Santo, S.A. tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores (antigos e actuais), com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é actualizada anualmente de acordo com um estudo actuarial realizado com uma entidade especializada e independente.

Segundo o relatório de avaliação apresentado pela Watson Wyatt International Limited, Sucursal em Portugal, o valor actual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, à data da demonstração da posição financeira, é estimada em 2 434 000 Euros (2 396 000 Euros em 2009), sendo a provisão para pensões de reforma ajustada para esse montante e cujo movimento no ano é apresentado na Nota 37.

A avaliação actuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efectuada segundo o método "Projected Unit Credit", tendo em consideração os seguintes parâmetros:

Taxa de crescimento salarial	3,00%
Taxa de desconto	5,46%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,25%
Tábua de mortalidade (homens)	TV 73/77 (-1 ano)
Tábua de mortalidade (mulheres)	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV 80
Idade normal de reforma	65 anos

37. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Provisões		
	Benefícios aos empregados (Nota 36)	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	2 620 000	1 754 247	4 374 247
Reforço	259 167	83 223	342 390
Utilização	-	-	-
Reversão	(483 167)	-	(483 167)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2 396 000	1 837 470	4 233 470
Reforço	38 000	665 000	703 000
Utilização	-	(41 710)	(41 710)
Reversão	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2 434 000	2 460 760	4 894 760

A rubrica de Outros destina-se a fazer face a riscos decorrentes da actividade de prestação de serviços hospitalares.

PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Perdas por imparidade activos correntes		Total
	Clientes e adiant. a fornecedores (Nota 27)	Acréscimos de proveitos (Nota 25)	
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	19 291 900	-	19 291 900
Alterações de perímetro - saídas	(16 122)	-	(16 122)
Reforço	1 691 540	1 936 033	3 627 573
Utilização	(15 000)	-	(15 000)
Reversão	(104 070)	-	(104 070)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	20 848 249	1 936 033	22 784 282
Alterações de perímetro	-	-	-
Reforço	1 323 655	-	1 323 655
Utilização	(73 865)	-	(73 865)
Reversão	(84 466)	(561 033)	(645 499)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	22 013 572	1 375 000	23 388 572

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram efectuados por contrapartida de:

	2010		2009	
	Reforços	Reduções	Reforços	Reduções
Custos com pessoal (Nota 11)	38 000	-	259 167	-
Provisões	703 000	-	83 223	-
Perdas por imparidade	1 323 655	-	3 627 574	-
Reversões de perdas por imparidade	-	(84 466)	-	(104 070)
Outros proveitos operacionais	-	-	-	(483 167)
	2 064 655	(84 466)	3 969 963	(587 237)

38. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2010	2009
Fornecedores, conta corrente	66 377 557	56 608 340
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	4 739 429	2 941 901
Fornecedores de imobilizado	-	312 624
Adiantamentos de clientes	1 847 311	2 145 752
	72 964 297	62 008 618

39. OUTROS CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2010	2009
Hospital de São Marcos ^(a)	3 835 575	4 877 011
Honorários	331 789	369 660
Pessoal e Sindicatos	263 963	361 932
Fornecedores de imobilizado	213 960	-
Aquisição de investimentos	-	250 000
Eventos e Projectos	69 393	51 633
Consultores, Acessores e Intermediários	-	112
Outros credores	183 847	251 134
	4 898 526	6 161 481

^(a) De acordo com o contrato de Gestão com a ARS Norte IP, a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA deverá entregar ao Hospital de São Marcos 90% dos proveitos decorrentes da prestação de serviços médicos já realizados até 1 de Setembro de 2009 mas cuja facturação ainda não tinha sido emitida e 90% dos recebimentos de clientes, cuja facturação já tinha sido emitida até essa data, mas cujo recebimento ainda não tinha ocorrido.

Em Outros credores encontram-se relevados saldos a pagar a diversas entidades por transacções não relacionadas com as actividades principais do Grupo.

40. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2010	2009
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	15 710 157	15 081 011
Honorários médicos	11 419 544	10 351 629
Fornecimentos e serviços externos diversos	3 595 821	2 251 427
Medicamentos	73 094	1 180 863
Instrumentos financeiros derivados (Nota 41)	407 507	1 159 731
Juros a liquidar	1 071 557	912 483
Rendas e alugueres	-	6 500
Acréscimos de custos Escala Braga	1 116 526	1 058 454
Outros acréscimos de custos	786 728	726 283
	34 180 934	32 728 382
Proveitos diferidos:		
Facturação de medicamentos	365 272	-
Custos de transmissão	71 111	71 111
Outros proveitos diferidos	-	79 785
	436 383	150 896
	34 617 317	32 879 278

41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo José de Mello Saúde, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de câmbio e de juro.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos. Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte do Conselho de Administração.

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação é efectuado em observância às disposições da IAS 39

O Grupo registou em resultados do exercício um custo líquido de 210 025 Euros (custo líquido de 306 873 Euros em 2009) relativo às operações que vigoraram durante aquele exercício (Nota 13).

JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte (Nota 40):

	2010	2009
Carteira de derivados de negociação:		
Derivados de taxa de juro	(407 507)	(1 159 731)
Derivados de taxa de câmbio	-	-
	(407 507)	(1 159 731)

Adicionalmente, a carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

2010				
Valor facial	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor
15 000 000 EUR	Interest rate cap	18/Abr/11	Taxa de juro empréstimo	(151 205)
20 000 000 EUR	Interest rate swap	30/Mai/11	Taxa de juro empréstimo	(256 302)
				(407 507)

2009				
Valor facial	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor
15 000 000 EUR	Interest rate cap	18/Abr/11	Taxa de juro empréstimo	(429 741)
20 000 000 EUR	Interest rate swap	30/Mai/11	Taxa de juro empréstimo	(729 990)
				(1 159 731)

42. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Grupo, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposto a um conjunto de riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de juro e riscos de liquidez decorrentes do seu passivo financeiro, bem como ao risco de crédito, que resultam da sua actividade operacional e de tesouraria.

Todas as operações de gestão de risco financeiro, nomeadamente as que envolvem a utilização de instrumentos financeiros derivados são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

RISCO DE TAXA DE JURO

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objectivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros. No final de 2010, cerca de 24% do passivo financeiro tinha associadas operações de cobertura do risco de taxa de juro, assegurando uma baixa sensibilidade dos custos financeiros às subidas de taxa de juro.



RISCO DE LIQUIDEZ

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objectivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Diminuir o endividamento de curto prazo;
- Alongar a maturidade média da dívida.

Enquadrada no cumprimento dos objectivos anteriores, o Grupo procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, seleccionando criteriosamente as alternativas mais eficientes.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Apesar de limitado, este risco é monitorizado numa base regular nas diversas áreas de negócio com o objectivo de:

- Acompanhar a evolução do nível dos saldos a receber;
- Acompanhar e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 37.

Em 31 de Dezembro de 2010, é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

43. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

O valor nominal deduzido de ajustamentos de crédito estimados de contas a receber e a pagar é assumido como aproximado ao seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados, à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Não existem diferenças significativas entre os justos valores assim calculados e os respectivos valores contabilísticos.

44. PARTES RELACIONADAS

As transacções e saldos entre a José de Mello Saúde, SGPS, S.A. (“empresa-mãe”) e empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transacções entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhadas abaixo:

2010	Saldos devedores		Saldos credores
	Clientes conta corrente	Outros Devedores	Fornecedores conta corrente
Grupo Efacec Capital	14 897	-	538 000
Efacec Sistemas de Gestão, SA	6 502	-	-
José de Mello, SGPS, S.A.	-	-	6 666
Grupo José de Mello Residências e Serviços	1 058 984	-	168 251
Grupo CUF	55 426	-	-
José de Mello Serviços, Lda.	14	-	-
M Dados – Sistemas de Informação, S.A.	-	-	63 873
	1 135 822	-	776 789

2010	Transacções		
	Vendas e prestação de serviços	Proveitos operacionais	Fornecimentos e serviços externos
Grupo Efacec Capital	65 887	-	544 492
Efacec Sistemas de Gestão, SA	1 697	-	-
José de Mello, SGPS, S.A.	-	-	14 205
Grupo José de Mello Residências e Serviços	270 637	-	31 387
Grupo CUF	47 063	-	-
M Dados – Sistemas de Informação, S.A.	-	-	271 780
José de Mello Serviços, Lda.	4 327	-	66 328
	389 612	-	928 191

2009	Saldos devedores		Saldos credores
	Clientes conta corrente	Outros Devedores	Fornecedores conta corrente
Parte relacionada			
Grupo Efacec Capital	23 073	-	120 271
Efacec Sistemas de Gestão, SA	1 590	-	-
José de Mello, SGPS, S.A.	-	-	5 177
Grupo José de Mello Residências e Serviços	461 501	-	149 895
Grupo CUF	51 638	-	-
José de Mello Serviços, Lda.	-	-	6 145
M Dados – Sistemas de Informação, S.A.	-	-	15 836
	537 803	-	297 324

2009	Transacções		
	Vendas e prestação de serviços	Proveitos operacionais	Fornecimentos e serviços externos
Parte relacionada			
Grupo Efacec Capital	75 474	-	103 675
Efacec Sistemas de Gestão, SA	8 979	-	-
José de Mello, SGPS, S.A.	-	-	5 627
Grupo José de Mello Residências e Serviços	21 181	353 688	58 464
Grupo CUF	35 647	-	-
M Dados – Sistemas de Informação, S.A.	-	-	733 006
José de Mello Serviços, Lda.	8 760	-	28 308
	150 042	353 688	929 079

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

REMUNERAÇÕES AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios de 2010 e 2009 foram de 3 365 569 Euros e 2 693 458 Euros, respectivamente.



45. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

PASSIVOS CONTINGENTES

No decurso normal da sua actividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos. Face às naturezas dos mesmos, a expectativa existente é de que, do respectivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da actividade desenvolvida, situação patrimonial e resultados das operações.

GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2010, as empresas do Grupo tinham prestado perante terceiros garantias no montante de 24 739 milhares de Euros (31 153 milhares de Euros em 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das garantias prestadas a terceiros é como segue:

	2010	2009
Garantias financeiras prestadas		
Carta Compromisso Fundos Próprios	16 050 000	24 530 000
Candidaturas a Concursos	2 500 000	2 500 000
Reembolso de IVA	3 209 050	2 010 333
Caução do contrato de gestão hospitalar	2 052 000	-
Processos fiscais em curso	210 957	1 525 476
Câmaras Municipais	120 157	120 157
Utilização de Cobalto	10 800	10 800
Prestação de serviços ao SNS	567 950	427 401
Fornecimento de electricidade, água e gás	9 068	9 068
Outros	9 000	19 800

COMPROMISSOS

No decurso normal da sua actividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, José de Mello Saúde, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

46. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 9 de Março de 2011, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas agendada para 23 de Março de 2011.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da José de Mello saúde sociedade gestora de participações sociais, S.A., as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 343 226 703 Euros e um total de capital próprio 38 404 962 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4 156 725 Euro), a Demonstração Consolidada dos resultados por Naturezas, Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido inclui:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação, uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de José de Mello Saúde- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afectar a nossa opinião no parágrafo 7., chamamos a atenção para o facto de, conforme referido na nota 2 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Ministério da Saúde ter denunciado o contrato de concessão para a exploração do Hospital Fernando Fonseca, com efeitos à data 31 de Dezembro de 2008, encontrando-se a esta data, em fase de resolução, os acertos de contas dos exercícios de 2004 a 2008 com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Lisboa, 16 de Março de 2011

O Fiscal único
Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)

Representada por:
João Carlos Miguel Alves (ROC N.º 896)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420, conjugado com o n.º 1 do artigo 508 D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de Gestão individual e consolidado, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da José de Mello Saúde, Sociedade Gestora da Participações Sociais, S.A. referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as demais operações de consolidação efectuadas estão em harmonia com o estabelecido nas normas da consolidação aplicáveis;
- Verificámos a adequacidade dos documentos da prestação de contas individuais e consolidados;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados nas contas consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a sociedade é a empresa-mãe;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, das contas individuais satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada do Resultado integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas Consolidadas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de Sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos , foram emitidas, nesta data, as correspondentes Certificações legais das contas sobre as contas individuais e consolidadas, sem reservas e com ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

PARECER DE FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da José de Mello Saúde, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. nos termos do artigo 420 do código das Sociedades Comerciais conjugado com o no n.1 do Artigo 508 D, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) A Proposta de Aplicação de Resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2010 cumpre com os requisitos previstos no código das Sociedades Comerciais;
- b) O Relatório de Gestão e o Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2010 satisfazem os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- c) O Balanço, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, A Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- d) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada do Resultado Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas Consolidadas, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 16 de Março de 2011

O Fiscal único

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n ° 178)

Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC N ° 896)





Órgãos Sociais >

ÓRGÃOS SOCIAIS DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE



- 1 Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck
- 2 Rui Alexandre Pires Diniz
- 3 Salvador Maria Guimarães José de Mello
- 4 Vasco Luís José de Mello
- 5 Rui Manuel Assoreira Raposo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Salvador Maria Guimarães José de Mello
Vice-Presidentes: Pedro Maria Guimarães José de Mello
João Gonçalves da Silveira
Vogais: Rui Manuel Assoreira Raposo (executivo)
Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck
Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck (executivo)
Rui Alexandre Pires Diniz (executivo)
José Carlos Lopes Martins
Henrique Abílio Cardoso Paulo Fernandes
Vasco Luís José de Mello (executivo)
António do Pranto Nogueira Leite

COMISSÃO EXECUTIVA

- Salvador Maria Guimarães José de Mello (Presidente)
Rui Manuel Assoreira Raposo
Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck
Rui Alexandre Pires Diniz
Vasco Luís José de Mello (desde 09 de Dezembro de 2010)



SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Rui Ramalhal

FISCAL ÚNICO

Efectivo: Ernst & Young Audit & Associados, SROC
representado por Paulo Jorge Luis da Silva

Suplente: João Carlos Miguel Alves

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Vasco Alexandre Vieira de Almeida

Secretário: João Vieira de Almeida

UNIDADES DE SAÚDE (INFORMAÇÃO A 31.12.2010)

hospital^{cu}f infante santo

Inácio de Almeida e Brito – Administrador-delegado

hospital^{cu}f descobertas

Maria João Guimarães José de Mello – Administradora-delegada

hospital^{cu}f porto

Pedro Cardoso Marta de Lucena e Valle – Administrador-delegado

Hospital de Braga

Hugo Meireles – Presidente da Comissão Executiva

Francisco Miranda Duarte – Administrador Executivo

Catarina Gouveia – Administradora Executiva

instituto^{cu}f diagnóstico e tratamento

Gonçalo Barros Marcelino – Administrador-delegado

clínicas^{cu}f

Madalena Correia Neves – Administradora-delegada

Dr. Campos Costa

Ricardo Campos Costa – Administrador Executivo

Sagies

João Vilarinho M. Figueira Santos – Administrador Executivo

CONSELHO MÉDICO (INFORMAÇÃO A 31.12.2010)

Prof. Doutor João Paço (Presidente) – hospital^{cu}f infante santo

Prof. Doutor Jorge Mineiro – hospital^{cu}f descobertas

Dr. Ricardo Campos Costa – hospital^{cu}f porto, institutocuf
diagnóstico e tratamento e Dr. Campos Costa

Dr. Mário Carvalho – Hospital de Braga

Prof^a. Dra. Piedade Sande Lemos – clínica^{cu}f cascais

CONSELHO DE ENFERMAGEM (INFORMAÇÃO A 31.12.2010)

Enf^a. Helena Valentim Abrantes– Hospital de Braga

Enf^o. José Coelho – hospital^{cu}f infante santo

Enf^o. Carlos Costa – hospital^{cu}f descobertas

Enf^a. Sara Martins – hospital^{cu}f porto e institutocuf diagnóstico
e tratamento

Enf^a. Benilde Folgado –clínica^{cu}f torres vedras

Enf^a. Mafalda Sérgio – clínica^{cu}f cascais

Enf^a. Perpétua Santos – José de Mello Residências e Serviços

CONSELHO DE ÉTICA (INFORMAÇÃO A 31.12.2010)

Prof^a. Doutora Paula Martinho da Silva (Presidente)

Prof^a. Doutora Isabel Renaud

Dr. João Paulo Malta

Padre Nuno Amador

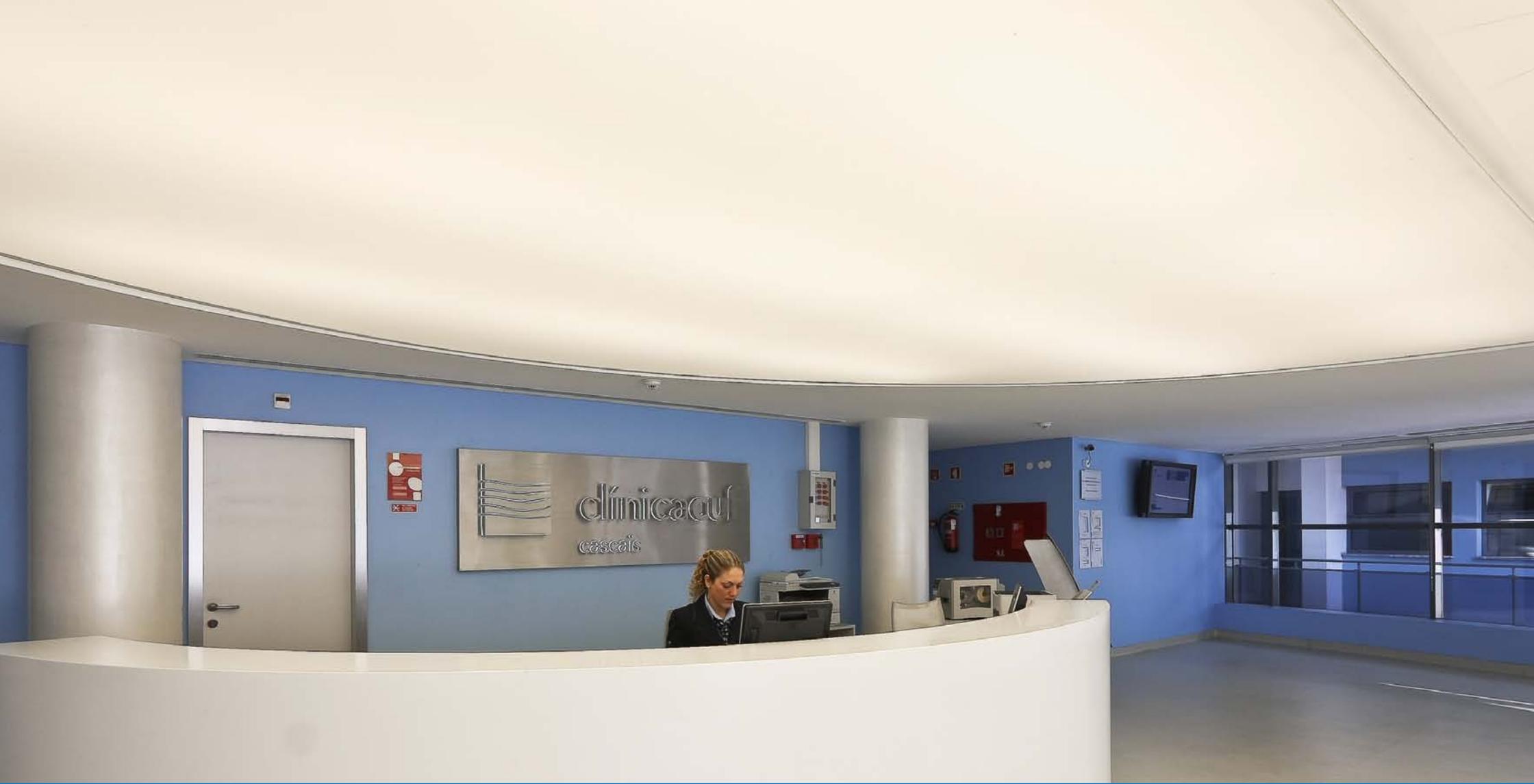
Dra. Rita Amaral Cabral

Presidente do Conselho de Enfermagem da José de Mello Saúde,

Enf^a. Helena Valentim Abrantes

Presidente do Conselho Médico da José de Mello Saúde,

Prof. Doutor João Paço



José de Mello Saúde, SGPS, S.A.
Avenida do Forte, nº 3 - Edifício Suécia III, Piso 2
2790-073 Carnaxide

Tel: +351 210 025 100
Fax: +351 210 025 108

www.josedemellosaude.pt